

Ano II, Nº8, Juiz de Fora, agosto - dezembro/2008



Periodicidade: Quadrimestral
contato@estudosibericos.com

Editor

Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos

Conselho Consultivo

Antonio Paim (Instituto Brasileiro de Filosofia)
Carlos Morujão (Universidade Católica Portuguesa)
Enrique Menéndez Ureña (Universidad Pontificia Comillas)
João Ricardo Moderno (Academia Brasileira de Filosofia - Presidente)
José Esteves Pereira (Universidade Nova de Lisboa)
José Luis Gómez-Martínez (University of Georgia)
Juan Carlos Torchía-Estrada (Library of Congress - Washington)
Leonardo Prota (Instituto de Humanidades)
Zdenek Kourim (Academia Brasileira de Filosofia - Membro Correspondente na França)

Conselho Editorial

Beatriz Helena Domingues (UFJF)
Edmilson de Almeida Pereira (UFJF)
Eduardo Gross (UFJF)
Faustino Luiz Couto Teixeira (UFJF)
José Carlos Rodrigues (UFJF)
Luciano Caldas Camerino (UFJF)
Luis Antônio da Silva Peixoto (UFJF)
Paulo Afonso de Araújo (UFJF)
Regina Coeli Barbosa (UFJF)
Ricardo Vélez-Rodríguez (UFJF)
Rosilene de Oliveira Pereira (UFJF)
Rubem Barboza Filho (UFJF)
Vinícius Mariano de Carvalho (UFJF)

SUMÁRIO

Apresentação	3
Artigos	
NEOPOPULISMO – UMA REALIDADE LATINO-AMERICANA Ricardo Vélez Rodríguez	4-27
A CORTE PORTUGUESA EMBARCA PARA O BRASIL EM 1807 – VERSÕES DE PENSAMENTO EM CONFRONTO Ernesto Castro Leal	28-43
UM ILUSTRADO NA CORTE DOS TRÓPICOS: SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E O MUNDO LUSO-BRASILEIRO (1809-1821) Sanda Rinco Dutra	44-58
Resenha	
LUZ NAS TREVAS – ENSAIOS SOBRE O ILUMINISMO. [Ricardo Vélez Rodríguez] A/C Antonio Paim	59-61



APRESENTAÇÃO

Chegamos à oitava edição de nossa publicação em uma data comemorativa para nosso país. Neste ano realizam-se os festejos pelos duzentos anos da chegada da família imperial a estas terras. Data singular que pode ser considerada, segundo especialistas no tema, como um dos principais elementos que possibilitaram o processo de emancipação do Brasil em relação a Portugal. E como não poderia deixar de ser também a *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*, um veículo de comunicação eletrônica e democrática voltado para divulgação de idéias e fatos que tocam a formação histórico-cultural dos povos ibéricos e ibero-americanos, participa destas comemorações.

Em nosso atual número encontramos a participação do professor Dr. Ricardo Vélez Rodríguez com o artigo *Neopopulismo – uma realidade latino americana*. Neste artigo o pesquisador destaca o grande mal que vem sendo retomado pelos movimentos políticos na América latina, e no mundo, o “populismo”. No desenvolvimento de seu artigo, Vélez Rodríguez trabalha o conceito de “neopopulismo” e como esse fenômeno afeta, em especial, a vida democrática da América do sul. O segundo artigo é uma participação do pesquisador português Dr. Ernesto Castro Leal, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de História da mesma instituição, com o título *A corte portuguesa embarca para o Brasil em 1807 – versões de pensamento em confronto*. Como frisa o próprio pesquisador, a intenção do texto é apresentar as várias opiniões políticas, contraditórias entre si, a respeito da partida da corte portuguesa para o Brasil. Texto de importância ímpar, uma vez que nós, brasileiros, pouco ou nada conhecemos da importância que o fato apresentado teve para a vida política e para o desenvolvimento histórico da nação portuguesa. Já em *Um Ilustrado na Corte dos Trópicos: Silvestre Pinheiro Ferreira e o mundo luso-brasileiro (1809-1821)*, Sandra Rinco Dutra procura traçar em linhas gerais a presença e atuação de Silvestre Pinheiro Ferreira junto à corte de D. João VI, salientando o empenho do conselheiro em salvaguardar a integridade do trono português. Na seção de resenhas encontramos anotações críticas realizadas por Antonio Paim a respeito do livro *Luz nas trevas – ensaios sobre o iluminismo*, do professor e ensaísta Ricardo Vélez Rodríguez.



NEOPOPULISMO – UMA REALIDADE LATINO-AMERICANA

Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, da UFJF.
Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, da UFJF.
Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro.
rive2001@gmail.com

O fenômeno do populismo está na crista da onda, não apenas na América Latina, mas pelo mundo afora também. As incertezas geradas pela globalização do mercado de trabalho nos países desenvolvidos (pondo em risco a antiga política do *welfare state*); a inclusão na economia de mercado de nações até há pouco tempo dependentes de regimes totalitários (como no Leste europeu); a onda de regimes democráticos surgidos na América Latina nos últimos vinte anos e que não conseguiram responder a contento aos repto crescentes das suas sociedades; as reformas de inspiração liberal, feitas nas economias dos países sub-desenvolvidos, ao longo das últimas décadas, à luz do “Consenso de Washington”, reformas que, se bem reduziram a inflação de modo geral, no entanto não tiveram os resultados esperados do ângulo da produtividade, ainda muito sufocada pelas tradições estatizantes e familísticas na gestão da coisa pública; a democratização *sui generis* (com forte presença de uma liderança tradicional e carismática), em países do mundo islâmico (Síria, Líbia, Irã); a entrada das nações africanas no período pós-colonial (ao longo da segunda metade do século passado) no caminho da regularização da vida democrática, (num contexto ainda marcado fortemente pelo tribalismo); a desaceleração da economia estadunidense e os freios que esse fenômeno está a produzir em outras

economias, particularmente no nosso Continente, essas seriam algumas das variáveis que têm contribuído para o surgimento do populismo, que pode ser considerado como uma espécie de doença que afeta às democracias no momento em que se encontram em crise (de crescimento ou de desgaste).

Nações desenvolvidas, como a França, viram surgir, nos pleitos eleitorais dos últimos dez anos, sucessivamente, figuras de caráter populista, situadas em vários parâmetros do espectro ideológico, como Jean-Marie Le-Pen, Michel Bové ou Ségolène Royal. Na Itália, às voltas com a dramática redução do crescimento econômico nos últimos dez anos e com a endêmica instabilidade parlamentar, vemos ressurgir o populista Berlusconi como novo chefe do governo. A própria campanha para indicação dos candidatos democratas à sucessão estadunidense não tem estado vazia de aspectos de coloração populista, presentes nos discursos dos dois aspirantes desse segmento político, na disputa por um eleitorado insatisfeito com os rumos tomados pela superpotência americana. Na América Latina, é rica a plêiade de líderes populistas que chegaram ao poder nos últimos anos: o casal Kirschner na Argentina, o coronel Chávez na Venezuela, o presidente Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e, nas últimas semanas, o bispo Lugo no Paraguai. No Brasil, o populismo carismático de Lula, já está na sua segunda rodada e ameaça com se prolongar num messiânico “terceiro mandato”, que é insinuado ao ensejo de pesquisas de opinião favoráveis ao governo e encomendadas por sindicatos com forte presença estatal.

Fenômeno tão amplo merece ser estudado com detalhe. Não me deterei numa caracterização do Populismo, nas suas várias manifestações ao longo do século XX. Isso exigiria um trabalho de mais fôlego, só para dar conta de populismos tradicionais como o varguista, no Brasil, o peronista, na Argentina, o gaitanista (seguido, depois, pelo rojaspinillista ou *anapista*), na Colômbia, ou o encarnado por ditadores militares como Juan Vicente Gómez ou Pérez Jiménez, na Venezuela. Fixarei a atenção no denominado *neopopulismo*, que acompanha as reações das sociedades hodiernas perante a globalização econômica. Tratarei, portanto, de fenômeno atual, que se circunscreve às duas últimas décadas do século passado e que abarca, obviamente, os anos transcorridos do presente século XXI. Pretendo, neste artigo, desenvolver dois aspectos: I) o conceito de

neopopulismo; II) de que forma esse fenômeno afeta a vida democrática da América do Sul, atualmente e no futuro próximo?

I) O conceito de neopopulismo.

Dentre as muitas descrições conceituais em voga, deter-me-ei na elaborada por Pierre-André Taguieff, que me parece a mais adequada para caracterizar o fenômeno populista nas suas mais recentes manifestações. Para este autor, “o populismo, oscilando entre o autoritarismo e o hiper-democratismo, bem como entre o conservadorismo e o progressismo reformista – não poderia ser considerado nem como uma ideologia política, nem como um tipo de regime, mas como um estilo político, alicerçado no recurso sistemático à retórica de apelo ao povo e à posta em marcha de um modelo de legitimação de tipo carismático, o mais adequado para valorizar a *mudança*. É justamente porque se trata de um estilo, uma forma vazia preenchida do seu jeito por cada líder, que o populismo pode ser posto ao serviço de objetivos antidemocráticos, bem como de uma vontade de democratização” [Taguieff, 2007: 9]. Dois estudiosos brasileiros, Alberto Oliva e Mário Guerreiro [2007: 7], fazem uma caracterização semelhante: “Longe de ser uma doutrina, o populismo é um modo de fazer política e de exercer o poder”.

Destacarei, a seguir, 12 características que acompanham ao fenômeno do *neopopulismo* definido, segundo acabamos de ver, como um *estilo político* de amplo espectro ideológico. Alicerçar-me-ei, na identificação dessas características, também nos estudos desenvolvidos por outros estudiosos entre os que se contam Alan Greenspan, Horacio Vasquez-Rial, Simon Schwartzman, Alberto Oliva, Mário Guerreiro, Alvaro Vargas Llosa, Francisco Wefort, Guillermo O’ Donnell, etc.

1) **Soteriologia**. O estilo político do *neopopulismo* se encarna na figura do *salvador do povo*, quando se juntam os aspectos da retórica fácil com os relativos à modalidade de legitimação que Max Weber [1977: 847-888] identificava como carismática. A respeito, frisa Taguieff [2007: 10]: “a combinação do populismo-retórico com o populismo-legitimação carismática encarna-se na figura do demagogo ou do tribuno do povo, personagem que é, ao mesmo tempo, expressão, guia e *salvador do povo*, e que se

apresenta como homem providencial e realizador de milagres – ou de um porvir maravilhoso”. O povo, para o líder populista, é uma entidade mítica afinada misteriosamente com o seu carisma pessoal. Essa feição arcaica do populismo é assim destacada por Taguieff [2007: 31-32]: “É necessário não desconhecer a dimensão mitológica de todo populismo, que reside na tese, sempre pressuposta, de que *o povo* existe e de que ele é dotado de uma unidade que lhe confere a sua identidade (ou a unicidade de sua figura), em face das elites ou das potências ameaçadoras, ou contra elas”.

2) **Personalismo.** O líder populista trabalha somente para a sua causa pessoal e, para isso, elabora um discurso em que esta aparece identificada com a causa do povo, dando ensejo, assim, a uma deformação do princípio da soberania; ele é um *demagogo cínico*. A respeito da alteração que o princípio da soberania sofre nas mãos do líder populista, escreve Taguieff [2007: 10-11]: “O princípio democrático da soberania, isolado e privilegiado em relação aos princípios liberais da separação e limitação dos poderes, pode ser objeto de interpretações diversas e inspirar múltiplas práticas, para as quais ele serve de modo de legitimação. Nesse sentido, o populismo é definível como a demagogia da época democrática, ou como a forma mínima assumida pela demagogia, quando o povo é tratado como uma categoria que pertence ao domínio do sagrado e fazendo parte de um culto”.

É na trilha do reforço à sua ação individual que o líder populista, no sentir de Oliva e Guerreiro, coloca toda a sua iniciativa política, a fim de manter os subordinados numa condição de dependência pessoal dele. A propósito, os mencionados estudiosos destacam o seguinte: “O fato de *povo* ser uma entidade de difícil caracterização permite aos populistas se apresentarem como seus porta-vozes. A nebulosidade do conceito de povo propicia as mais diferentes formas de retórica engabeladora. É da ambigüidade que se nutre o populismo. A busca de um contato *direto* com as massas tem geralmente por objetivo manipular tanto seu imaginário quanto suas carências. A despeito de todas as sublimações, o sonho dos populistas é exercer o poder da forma a mais concentrada possível” [Guerreiro – Oliva, 2007: 7].

3) **Demagogia.** O líder *neopopulista* é um demagogo que explora sistematicamente, no seu discurso, o ressentimento das massas contra as elites. Esse ressentimento alicerça-

se, no caso latino-americano, como frisa Álvaro Vargas Llosa [2007: 19], no fato de que “temos uma cultura de pedintes, em lugar de uma cultura de criadores de riqueza”. A respeito desse artifício, escreve Taguieff: “Supõe-se, de início, que um líder é *populista*, quando se esforça por fazer crer para fazer agir, se dirigindo diretamente ao *povo* para melhor manipulá-lo e utilizá-lo. O que vem a conferir ao termo *populismo* o sentido do velho termo *demagogia* é ou bem o ato de agradar ao povo, e mais particularmente, *a parte baixa do povo*, para fazê-lo agir ou aceitar alguma coisa, sob a condição de que esse discurso agradável implique uma denúncia dos supostos responsáveis pelos males que são deplorados – no caso, as elites. É por isso que numerosos intérpretes do fenômeno populista insistem na exploração cínica, pelo líder, do ressentimento das massas contra as elites. O que leva a reduzir o populismo a alguma coisa como a patologia da democracia liberal/pluralista” [Taguieff, 2007: 11/12].

Essa patologia, nos casos mais extremados, conduz ao esmagamento de qualquer oposição, em obediência aos imperativos da “vontade soberana do povo”, expressos no imperativo unipessoal do líder carismático. Modalidade de democratismo que termina sepultando as possibilidades de construção de uma democracia pluralista verdadeiramente moderna. A propósito, escreve Taguieff [2007: 29], enfatizando a ambigüidade do fenômeno populista, que oscila “entre um hiper-democratismo (realização do sonho da transparência veiculada pelo ideal da democracia direta) e um antidemocratismo alimentado por pulsões ou pretensões autoritárias. Este é um aspecto essencial daquilo que pode ser caracterizado como a *ambigüidade do populismo*. Mas podemos entender também, por populismo, alguma coisa como um democratismo abusivo, uma demissão das elites da inteligência e do saber em face da massa, cujo poder funciona, desde logo, como poder de decisão. O triunfo da *doxa* constitui uma figura da tirania do maior número, índice do reino da quantidade. O povo sempre teria razão contra aqueles que o contradizem, tidos como rivais ou inimigos”. É uma versão atual e bem latino-americana da *tiranía da maioria*, que Tocqueville [1992: 300-318] identificava como um dos riscos da democracia.

4) **Sedução.** O líder *neopopulista* é um sedutor das massas populares, utilizando, para isso, a mídia e as pesquisas de opinião. “Nas democracias representativas modernas –

frisa Taguieff [2007: 12] -, que se inclinam em direção à democracia de opinião, trata-se, para todo *populista*, de induzir o maior número possível de cidadãos a votarem no sedutor que ele encarna, notadamente no meio de uma popularidade construída, legitimada e medida pelas pesquisas de opinião. Trata-se de levá-los a confiar no líder, se esforçando por seduzir, por todos os meios disponíveis, o maior número possível de eleitores”.

O caráter sedutor do populismo hodierno assoma nos apelos para reforçar a confiança das massas no líder. *Confiem em mim!* Essa seria a palavra de ordem. Modalidade ampla de paternalismo, que convive muito bem com as antigas formas de patrimonialismo, nos contextos em que se preservaram tais formas de dominação, alheias ao contratualismo europeu-ocidental. A propósito, Taguieff escreve: “Ora, a análise das formações populistas permite estabelecer que o fenômeno neopopulista, na Europa, não pressupõe a existência de uma coerência doutrinária, que conferiria identidade a uma *ideologia populista*. Isso vale, também, para as formas neopopulistas que surgem com as *novas democracias* pós-ditatoriais ou pós-totalitárias, democracias *frágeis*, que se observam notadamente na América Latina ou na Europa do Leste. A mensagem neopopulista se reduz a um *confiem em mim!* Ou *sigam-me!* Slogans pronunciados por demagogos expertos na exploração dos recursos mediáticos. A bem da verdade, não há ideologia populista, somente havendo sínteses entre protestas populistas e tal ou qual construção ideológica. O populismo constitui um estilo político alicerçado na convocação ao povo, bem como sobre o culto da defesa do povo, compatível, em princípio, com todas as grandes ideologias políticas (liberalismo, nacionalismo, socialismo, fascismo, anarquismo, etc.)”.

5) **Contestação.** O *neopopulismo* contemporâneo parece emergir do desgaste das democracias representativas, a fim de apresentar uma alternativa democrática, de caráter contestatório. Na América Latina, como destaca O’ Donnell [1986: II, 935] tal fenômeno ocorre como reação contra “formas tradicionais de dominação autoritária” que conduziram a “democracias de participação restrita”. Seja como for, o populismo é uma resposta diante de práticas políticas insatisfatórias e que não representam os interesses da sociedade. A propósito deste ponto, escreve Taguieff [2007: 15]: “A crise da representação, interpretada nos anos 1990 como *crise de confiança nas democracias pluralistas*, parece ter feito surgir

condutas ou atitudes de desconfiança que, pela sua normalização social, tendem a desenhar a figura de uma *antidemocracia* de caráter contestatório”. Nos hodiernos *populismos telúricos* latino-americanos (chavista, zapatista, “moralista”, etc.), os líderes aparecem como iconoclastas dos sistemas tradicionais de governo. Tudo deve ir por água abaixo: leis, decisões judiciais, instituições das denominadas *democracias burguesas*, dando a impressão de que se colocou em marcha uma verdadeira tsunami que levará tudo para o fundo, só restando o líder populista e o povo. Essa iconoclastia aparece como operação de limpeza a ser efetivada, à maneira rousseuniana, pelos “puros” (o líder e os seus asseclas).

Consolida-se, assim, um tipo de populismo contestatório, que é caracterizado por Taguieff [2007: 20], nos seguintes termos: “Enfim, o apelo direto ao povo *contra os de cima* ou *contra os do outro lado* orienta-se pela dupla prescrição de romper com o sistema político existente e de mudá-lo: *acabar* com a *burocracia*, a *partidocracia*, a *plutocracia*, etc. Apelo à mudança, que amiúde assume a forma de um *varrer a sujeira* ou de uma grande *operação de limpeza*. Quando prevalece a função tribunícia que expressa politicamente a protesta social, o populismo pode ser chamado de *contestatório*”.

6) **Ação direta.** O líder *neopopulista* apela para a vinculação direta entre ele e o povo, dispensadas mediações institucionais, como as que dizem relação ao governo representativo. É uma espécie de *ação direta* do líder carismático sobre as massas, em que, certamente, são utilizadas as novas tecnologias como a comunicação *on line*, via *chats*, *blogs* ou foros de debate. A propósito, escreve Taguieff: [2007: 16]: “Enquanto que, nas democracias pluralistas instaladas e tranqüilas, a política supõe mediações e contemporizações – sendo que os debates e as deliberações requerem tempo, bem como mediadores e lugares de mediação -, o imaginário antipolítico do populismo centra-se totalmente na rejeição das mediações, consideradas inúteis ou nocivas. Os líderes populistas propõem-se a derrubar a barreira ou a distância, ou seja, qualquer diferença entre governantes e governados, representantes e representados, ou bem sugerem que eles possuem o poder para abolir qualquer distância entre os desejos e a sua satisfação, de suspender este aspecto do princípio da realidade que é constituído pela inserção na duração, pelo respeito aos prazos, pela contemporização”.

Trata-se, certamente, da irrupção pura e simples da magia na vida política. O líder-salvador tem o poder extraordinário de satisfazer instantaneamente os desejos das massas, só com a dinâmica onipotente de sua vontade, e sem que intermedieiem outras instâncias pessoais ou institucionais. O líder-salvador pode encarnar uma tradição ancestral de antigas civilizações, como é o caso de Evo Morales, identificado e coroado por um grupo de intelectuais bolivianos na qualidade de “líder supremo dos indígenas do Continente Americano” [Carranza – Ustariz, 2006: 9], antes de ser aclamado como tal pelo povo camponês, quando da sua eleição para a presidência de seu país. Essa relação direta entre líder populista e povo se expressa, no mundo contemporâneo, pela utilização freqüente da consulta direta via *referendum* ou plebiscito, promovida pelo líder a fim de firmar a sua vontade sobre quaisquer procedimentos institucionais alheios aos seus propósitos. É a prática que um *neopopulista* como Chávez sabe utilizar, de maneira perfeita.

7) ***Semelhança popular.*** Apela-se, no contexto do populismo contemporâneo, para restabelecer uma relação de semelhança entre o líder e o povo. As antigas elites são desprezadas, na medida em que não se assemelham à massa popular, não possuem a sua alma. O governo, para ser legítimo, tem de estar presidido por alguém que *tenha a cara e a alma do povão*. Essa tese da ausência de semelhança entre líderes e liderados e da necessidade de restabelecê-la é antiga e se remonta a fontes diversas: Rousseau, Robespierre e Stuart Mill. [Cf. Taguieff, 2007: 17].

No seio dos hodiernos populismos suscitados pela integração européia, prevalece a denúncia de que as elites subordinadas a Bruxelas teriam traído o povo das suas nações, tendo-se colocado a serviço de interesses internacionais. Essas elites não retratam a cara dos seus povos respectivos. A respeito, o Taguieff escreve: “O que chama a atenção do leitor, à primeira vista, em relação aos discursos nacional-populistas contemporâneos é, de um lado, a oposição à construção européia (indo do euro-ceticismo até a pura e simples rejeição), e, de outro lado, a denúncia virulenta contra a globalização. O antieuropeísmo não é aqui mais do que uma variável do antielitismo: se a União européia é objeto de críticas, é porque ela seria construída e dirigida por elites *separadas do povo* e convertidas em estrangeiras em face dos povos europeus. Quanto aos atores sociais mobilizados pelos partidos populistas, podem ser caracterizados, genericamente, como *perdedores da*

globalização. Na retórica do novo populismo, à denúncia do sistema político vigente se junta, pois, a de que se trata de uma realidade *mundialista*, interpretada como um complô contra os povos e as nações. O antielitismo e a antiglobalização formam um círculo vicioso que se alimenta do imaginário conspiratório [Taguieff, 2007: 28]”.

8) **Ampla fenotipia**. Sendo o *neopopulismo* um *estilo* propriamente dito, o seu formato pode informar diversos conteúdos. Três são, segundo Taguieff, as principais manifestações do fenômeno: populismo político, agrário e cultural. Eis a caracterização que deles traça o mencionado autor: “Os populismos políticos apresentam-se como mobilizações ou como regimes compatíveis com qualquer ideologia (socialismo, comunismo, nacionalismo, fascismo anarquismo liberalismo, etc.). Assim, os cesarismos populistas latino-americanos são formas de nacionalismo; há populismos que são reacionários, até mesmo racistas, mas não se lhes pode desconhecer nem as realizações parciais da democracia populista (na Suíça, por exemplo), nem o *populismo dos políticos*, que pode ser definido, segundo Margaret Canovan, como o apelo à reunião do povo para além das diferenças ideológicas. Os populismos agrários, alicerçados na idealização do *povo-camponês*, ou na estrita defesa dos seus interesses, podem estar ligados a uma forma de messianismo (o populismo russo), a uma reação antiurbana e antiestatizante (o radicalismo dos proprietários rurais de certos Estados norte-americanos) ou a uma variante do nacionalismo étnico (Polônia, Romênia). Quanto ao populismo cultural, manifesta-se na literatura, na pintura ou no cinema, todas as vezes que, nessas manifestações artísticas, predominam temas referidos à vida do povo comum, do *povinho* ou da *gente do lugar*, como se dizia antigamente ou, como se diz hoje, das *massas* ou *dos de baixo*”. [Taguieff, 2007: 20-21].

9) **Denuncismo**. O estilo *neopopulista* de fazer política está acompanhado, quase sempre, de uma variante da mídia: a imprensa que denuncia, de forma sistemática, os males sociais como provenientes das artimanhas dos de cima contra os de baixo. “A sensibilidade populista confunde-se amiúde com a sensibilidade em face da miséria, e o estilo populista com o estilo *proletário* ou *plebeu*. O seu postulado ideológico é que os *Grandes* ou *Os de cima* mentem e se enriquecem às expensas das pessoas comuns, descritas como vítimas que sofrem. Essa sensibilidade que mistura sentimentos de revolta e

compaixão se expressa, encenada e instrumentalizada com fins comerciais, em numerosos diários e semanários que rivalizam em matéria de denúncia contra as elites, mediante a revelação de escândalos que as inculpam. É nesse sentido que se pode dizer que há uma imprensa populista (...)” [Taguieff, 2007: 21].

10) **Feição antipolítica.** Estilo eminentemente individual de relacionamento entre o líder carismático e o povo, o *neopopulismo* é, paradoxalmente, *antipolítico*, na medida em que rejeita qualquer institucionalização no exercício do poder; o líder populista aproxima-se, destarte, do ideal do mínimo institucional, com a finalidade de manter incólume a sua relação de prestígio pessoal em face do povo. García Márquez [2005: 41], em ***O Outono do Patriarca***, deixou clara esta característica, ao mostrar a despreocupação do líder – Juan Vicente Gómez, encarnado no *Autocrata solitário* – para com a estrutura do Estado, reduzido aos limites da sua casa. Qualquer mediação que escape ao seu poder pessoal incomoda. Qualquer liderança que apague a sua presença deve ser banida. Taguieff [2007: 22] completa, da seguinte forma, a descrição desta característica do populismo contemporâneo: “As novas formas de populismo, na Europa especialmente, caracterizam-se pela sua orientação antipolítica, que se revela na aparição de paradoxais partidos anti-partidistas nos contextos marcados pela crise da representação política, até mesmo pela crise de confiança nas democracias representativas. Daí provém a rejeição à classe política, que implica, por sua vez, na negação das diferenças político-ideológicas institucionalizadas e dos próprios partidos”.

A classe política, para os líderes *neopopulistas*, é totalmente corrupta, não vale a pena o trabalho de moralizá-la ou modificá-la, deve-se prescindir dela. Os novos governantes devem surgir diretamente do seio do povo, sem mediações partidárias ou institucionais. Apela-se, aqui, para o antigo sentimento jacobino da *pureza* ou da *virtude*. Somente é puro ou virtuoso aquele que provém das entranhas populares.

A respeito deste ponto, escreve Taguieff [2007: 23-24]: “O eco que encontram os líderes populistas depende, notadamente, de um fator circunstancial: o sentimento, fortemente espalhado, de que a *classe política, afastada, até mesmo segregada do povo é toda ela corrupta*, não reformável. Através da tomada de consciência dessa crise profunda

de legitimidade, desenvolve-se a convicção de que é necessário, em consequência, mudar as elites dirigentes, fazê-las surgir do povo, a fim de que os governantes *se assemelhem* aos governados, que os representantes se aproximem, portanto, dos representados. Essa exigência democrática de similitude é lembrada, entre outros, por John Stuart Mill. O ideal consiste no seguinte: os governantes devem ser, de modo insofismável, filhos do povo. É isso precisamente que Platão recusava no regime democrático, em que os governantes se assemelham aos governados e os governados aos governantes, fazendo da democracia um tipo de governo intrinsecamente contingente. Esse é, também, um velho sonho dirigido especialmente, na modernidade européia, contra o quase-racismo existente no Antigo Regime entre as classes superiores e as inferiores, dos de cima (*de sangue claro e puro*) e dos de baixo (*de sangue vil e abjeto*). Trata-se, pois, de democratizar o elo representativo pela aproximação e a maximização da semelhança entre representantes e representados. Lucien Jaume destaca criteriosamente que o clube dos Jacobinos assimilou, de Rousseau, aquilo que o poderia legitimar, a saber: a tese normativa de que *somente delegados ou mandatários virtuosos (à imagem de um povo virtuoso) poderiam reconciliar a soberania do povo com a sua representação*, ou ainda que, para falar como Robespierre, se o corpo representativo *não é puro e quase identificado com o povo, a liberdade se perde*”.

A opção neopopulista pela *antipolítica*, cruzada com a secular tradição patrimonialista ibero-americana que faz da coisa pública negócio a ser tangido pelos donos do poder, como se fosse a sua propriedade privada, transfere para o reino do Estado uma atitude de não profissionalismo e de espírito familístico, que fazem com que aquele perca a competitividade necessária nos tempos atuais. A respeito desse fenômeno, Guerreiro e Oliva [2007: 9] destacam o seguinte, adotando, nesse ponto, os arrazoados do cientista político Torquato di Tella: “O fato é que existe uma forma *subdesenvolvida* de se fazer política, de se administrar e prover serviços públicos essenciais. A maioria dos países da América do Sul não consegue encaminhar soluções objetivas para seus problemas e dilemas sóciopolítico-econômicos. Talvez por isso muitos de seus governantes sejam aprendizes de ditadores e recorram à retórica escapista de que *só a revolução dá jeito*”.

11) **Antielitismo.** Os hodiernos populismos possuem uma enorme carga de ressentimento em face das dificuldades que enfrentam os países em vias de

desenvolvimento. Os problemas sociais são atribuídos, de forma maniqueia, à presença, no cenário internacional do mundo globalizado, de nações líderes ou poderosas. Esse sentimento ganha destaque em face dos Estados Unidos (especialmente nos casos latino-americano e árabe), ou de Israel (no caso palestino). Taguieff [2007: 23] detalha, da seguinte forma, esta característica: “Quanto ao antiamericanismo que, depois do início dos anos 90, revela-se, via de regra, associado a um *anti-sionismo* virulento, aparece em todas as formas, de esquerda e de direita, do novo populismo. O antielitismo assume ali, corriqueiramente, a forma clássica da teoria do complô: (*Dizem-nos mentiras; somos enganados; somos passados para trás*), sobre a base da convicção de que o povo é vítima de um complô organizado contra ele pelos *de cima* ou pelos *de fora* ou pelos *de lugar nenhum*, identificados com as elites transnacionais ou cosmopolitas (os *novos donos do mundo*), que encarnam o mal político. O antielitismo deriva, amiúde, em conspiracionismo: a *globalização* é imaginada como a fonte de todos os males da humanidade”.

Vásquez Rial [2003: 247] também destacou a presença do binômio antiamericanismo / anti-semitismo nos discursos de líderes *neopopulistas* na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, reunida em Durban, em 2001, pouco antes dos ataques de 11 de setembro. No caso do *neopopulismo* brasileiro, é de se destacar o antiamericanismo que inspira a política externa do governo Lula. No plano internacional, o governo brasileiro preferiu se distanciar dos Estados Unidos e se alinhar com a França, sem levar em consideração que, como frisam Viola e Leis [2007: 121], este país “é o que mais fortemente se contrapõe à agenda econômica brasileira”.

12) **Nacionalismo.** De um modo paradoxal, os *neopopulismos* telúricos latino-americanos (Chávez, Correa, Morales, Lugo) partem para um acirramento da onda estatizante, a fim de reagir contra as privatizações efetivadas pelas elites liberal-conservadoras nos momentos anteriores. Elas teriam traído a causa do povo ao entregar às multinacionais a riqueza do país. Sem que tal processo signifique uma racionalização do Estado, os novos messias partem para estatizar em nome do povo, politizando, nos casos mais moderados (como no populismo petista) as agências reguladoras, que são tiradas do

domínio dos técnicos e entregues às lideranças sindicais, essas sim representativas do *povoão*. No contexto dessa nacionalização, emerge uma espécie de mágica econômica, que produz resultados alvissareiros.

É o denominado por Alan Greenspan de “populismo econômico”, caracterizado da seguinte forma: “O populismo econômico imagina um mundo mais simples e direto, no qual as estruturas teóricas não passam de dispersões em relação às necessidades evidentes e prementes. Seus princípios são simples. Se há desemprego, o governo deve contratar os desempregados. Se o dinheiro está escasso e as taxas de juros, em consequência, estão altas, o governo deve impor limites artificiais ou, então, imprimir mais dinheiro. Se as importações estão ameaçando empregos, proíba as importações” [Greenspan, 2008: 326].

Esta característica nacionalizante, na Europa hodierna, tomou um rumo *sui generis*: o da contestação antimundialista que exclui imigrantes, no desenvolvimento de um modelo econômico nacional-populista. Nele, as oportunidades de trabalho devem ser preservadas, exclusivamente, para os representantes da *autêntica* nação (francesa, alemã, austríaca, etc.). A propósito, Taguieff [2007: 26] escreve: “A segunda vaga populista tem-se caracterizado pela geminação da dimensão contestatória e a de origem nacionalista, privilegiando o motivo da identidade – essencialmente definido contra a *ameaça* da *imigração-invasão*. Essa tendência irrompeu na França, onde a entrada em cena política do Front national (FN) produziu-se em 1983-1984, ao mesmo tempo em que se impunha a figura emblemática de Jean-Marie Le Pen, o seu líder carismático. Essa onda em seguida tocou a Áustria, com o avanço do Partido da liberdade (FPÖ), encarnado em Jörg Haider a partir de 1986. A evolução dessas duas formações políticas ilustra a oscilação do novo populismo entre um pólo contestatório e um pólo de identidade: enquanto predomina o exercício da função tribúncia (expressão política do mal-estar social, da raiva de grupos ameaçados ou excluídos), o populismo é de tipo contestatório; já quando prevalecem as preocupações com a identidade (defesa da identidade nacional, rejeição à imigração) apresenta-se como um nacional-populismo”.

II) De que forma o fenômeno do neopopulismo afeta a vida democrática da América do Sul, atualmente e no futuro próximo?

Inserido o estilo populista de governar no contexto da tradição patrimonialista latino-americana, a principal consequência é o reforço à tendência que faz da política iniciativa do líder patrimonial, num contexto de espírito clânico e familista. Efetivamente, no patrimonialismo encontramos a privatização da iniciativa política por parte dos denominados “donos do poder”. A sociedade é fraca. O Estado é mais forte do que a sociedade. E, no interior deste, a ação do líder é mais forte do que as iniciativas dos membros da sociedade.

Na atual conjuntura latino-americana observamos isso: a preponderância de políticas personalistas, formuladas pelos líderes *neopopulistas*, muitas vezes na contramão das expectativas das respectivas sociedades: ocorre isso na Venezuela do presidente Chávez, no Equador do presidente Correa, na Bolívia do presidente Morales, na Argentina do casal Kirchner e no Brasil do presidente Lula. Para que as políticas públicas formuladas correspondessem, de fato, aos interesses nacionais, tornar-se-ia necessária a presença atuante dos respectivos Congressos. No entanto, o que se observa é que em todos os países mencionados, o Poder Executivo entrou em atrito com os outros poderes, tendo havido uma evidente hipertrofia daquele. Quando não houve confronto declarado com o Legislativo e o Judiciário, registrou-se amplo processo de cooptação por parte do Executivo (com as conseqüentes práticas corruptas de *mensalões* e outras modalidades cooptativas). Os Presidentes, via de regra, terminaram assumindo um papel crucial e hipertrofiado no comando do Estado, a partir de reformas constitucionais, como as efetivadas na Venezuela, no Equador e na Bolívia. Formuladas a partir dos pontos de vista particulares de cada um desses mandatários, as políticas públicas terminam-se chocando com os interesses diversificados das suas respectivas sociedades, tendo dado ensejo a profundos conflitos que, como o que está acontecendo na Bolívia, põem em tela de juízo o excessivo centralismo do governo nacional.

A *revolução bolivariana* do coronel Chávez, peça-chave da sua proposta política, cindiu ao meio, com certeza, a sociedade venezuelana. Aqueles setores populares que

recebem generosamente as verbas oficiais, através de inúmeros programas assistencialistas financiados com os petrodólares, têm dado o seu apoio incondicional ao Chefe do Estado, sendo que nos últimos meses, em decorrência dos problemas de desabastecimento produzidos pela descoordenada ação governamental, esse apoio tem arrefecido. De qualquer forma, a aliança do chefe do Estado “con los de abajo”, típica do *neopopulismo*, tem sido uma das notas características do regime venezuelano, bem como a sua política de “mano dura” para com as classes médias, os intelectuais, os empresários (ameaçados volta e meia com a estatização do respectivo setor produtivo) e a imprensa. Sem mencionar os recentes acontecimentos que, no terreno internacional, involucraram o excêntrico presidente venezuelano (um ator *marxista-narcisista*, como diz o jornalista Andrés Oppenheimer), com as FARC, ao redor do problema dos reféns da narcoguerrilha colombiana e de obscuras transações ligadas aos lucros desse grupo armado.

Valha recordar aqui, também, a decisão do presidente Chávez de criar linhas de aceitação para a sua política antiimperialista e de cruzada bolivariana, seduzindo outros países da região com os sus petrodólares. Na alça da mira da política exterior bolivariana de Chávez estão, de início, dois países sul-americanos: Bolívia e Equador, possuidores de riquezas petrolíferas e de gás natural. Notadamente é grande o interesse de Chávez pela Bolívia, situada no coração da América do Sul, a partir de cujo território poderia expandir, de forma mais fácil, a sua “revolução” pelo cone sul do Continente.

A telúrica “*revolución indígena*” do presidente Morales, irmã gêmea da “*revolução bolivariana*” de Chávez, tem partido para uma agressiva política de estatizações no terreno da mineração e da exploração de hidrocarbonetos, aliada a uma decidida ação de expropriações de terras nas áreas produtivas, que tem conduzido ao atual referendun efetuado pela parte mais rica do país, que quer se ver livre da tutela financeira do governo central. Problemas de desabastecimento, de carência de créditos externos para a exploração petroleira e de ordem pública estão a ocorrer na Bolívia, com a queda correspondente nos índices de crescimento econômico e os problemas sociais conhecidos de todos.

É de se destacar, de novo, aqui, a aliança, típica do *neopopulismo*, entre o Executivo hipertrofiado “y los humildes”, os indígenas quéchuas e aymaras, tradicionais

plantadores de folha de coca, em cujo benefício, segundo a retórica governamental, são feitas todas as reformas revolucionárias. Mas que, com certeza, estão a pagar a conta da elevação dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Poder-se-ia falar, no caso boliviano, da “utopia arcaica” (que puxa o fio da história para trás), de que falava Vargas Llosa [1996] ao analisar a obra de um dos grandes autores do gênero *indigenista*, José Maria Arguedas, autor do clássico romance intitulado *Los ríos profundos*. É uma utopia situada no passado longínquo do império incaico, impossível de ser revivido.

No Equador do presidente Correa, observa-se a mesma aliança entre o chefe do Estado e “los de abajo”, os *cholos*, historicamente explorados como denunciava o grande romancista Jorge Icaza, na década de vinte do século passado, no seu belo romance *Huasipungo*. Após vários governos que foram colocados em questão pelos movimentos indígenas, o atual mandatário, formado em reconhecida universidade estadunidense, elaborou ampla proposta de reformas que fortaleceram o executivo sobre os demais poderes. Ampla ação legislativa em benefício das comunidades indígenas foi deflagrada pelo atual presidente equatoriano, ao passo que denunciava o tratado que o Equador tinha com os Estados Unidos para a manutenção da Base de Manta, e negociava a mesma com os chineses. Amplamente apoiado pelo presidente Chávez, Correa partiu para uma agressiva política de confronto com o governo da Colômbia, a partir da morte do segundo homem das FARC em território equatoriano, pelas forças armadas colombianas. Parece que, tanto no caso equatoriano quanto no boliviano, os petrodólares do presidente Chávez são um argumento forte para apoiar a “revolução bolivariana”, que busca integrar os países da América do Sul ao redor da Venezuela, e em confronto com os Estados Unidos.

Na Argentina do casal Kirchner, permanece clara a aliança do governo com os grandes sindicatos de trabalhadores, reforçando, assim, a tradição populista do peronismo, na qual se situam esses novos atores políticos. É clara a simpatia – e a dependência em matéria de petrodólares para as passadas eleições – do atual governo argentino em face do presidente Chávez. O recente confronto com os tradicionais produtores rurais deixa clara a aliança “con los de abajo”, mas aumentará, com certeza, os problemas de desabastecimento, comprometendo, de outro lado, a capacidade exportadora do país.

No Brasil, a política desenvolvida pelo presidente Lula, ao longo de seus dois mandatos, deixou clara uma coisa: a aliança *neopopulista* do governo com os denominados “movimentos sociais”, no contexto ideológico da denominada “revolução cultural gramsciana” [cf. Vélez-Rodríguez, 2006a: 71-99]. Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Afetados por Barragens, Movimento dos Quilombolas, Movimento dos Indígenas, Movimento dos Sem Teto, etc., são inúmeras as entidades contempladas pelos generosos recursos oficiais, distribuídos à torta e à direita por centenas de *Ongs*, cuja gestão fugiu ao controle do governo brasileiro. Isso para não falar do programa “Bolsa Família”, que se tornou verdadeira festança assistencialista, devido ao fato de que não há seguimento significativo do Estado em face desses benefícios, que em muito fizeram crescer os gastos públicos. (Fica evidente, aqui, a presença do modelo ético pombalino do “Estado Empresário que garante a riqueza da nação”). É clara a tolerância oficial em face dos desmandos de movimentos como o MST, cujos ativistas peitam autoridades locais, destroem patrimônio público, invadem propriedades produtivas, desconhecem sumariamente decisões da justiça, aniquilam centros de pesquisa agropecuária, tudo em aliança com grupos internacionais como *Via Campesina* e contando com a complacência do ministério da Reforma Agrária [Cf. Vélez-Rodríguez, 2005].

Paralelamente, nenhuma medida é tomada pelo governo para que os arruaceiros passem a respeitar as instituições de direito. Tudo sob as bênçãos estapafúrdias da Comissão da Pastoral da Terra y do Conselho Indigenista Missionário da CNBB. Políticas atentatórias contra a soberania nacional são postas irresponsavelmente sobre o tapete, com assinatura de documentos e declarações em foros internacionais que, se forem levados à prática, conduzirão a sérios riscos para a manutenção da unidade nacional em terras indígenas, como está acontecendo na criação da reserva “Raposa Serra do Sol”, em Roraima, seriamente questionada por juristas, intelectuais, empresários e militares.

Na retórica do atual presidente, aparece como *leitmotiv* dos seus pronunciamentos a denúncia contra as maquinações das denominadas elites, que estariam tentando preservar privilégios em face das demandas do povão. Lula situa-se, nos palanques, do lado dos humildes, dos descamisados, dos pretos, índios e quilombolas. Mas, de outro lado, preserva as linhas mestras da política macroeconômica herdada dos governos anteriores, o que lhe

tem possibilitado atrair as inversões externas e a entrada de divisas necessárias para manter o crescimento econômico, em que pese o absurdo aumento do gasto público e o calote do governo à dívida interna, que mais do que triplicou ao longo dos últimos sete anos e que força a manutenção de juros estratosféricos (para alegria dos banqueiros) e a aplicação de uma iníqua política tributária que pune brutalmente quem trabalha e quem produz.

É clara a simpatia do presidente Lula pelo seu homólogo venezuelano a quem deu apoio estratégico num momento decisivo para a permanência de Chávez no poder, enviando um navio da Petrobrás a fim de garantir o abastecimento, ameaçado pela greve geral em 2003. O populismo do carismático Lula coexiste perfeitamente com a estrutura patrimonial do Estado, que levou o partido do governo a gerir a coisa pública como propriedade privada, com os desmandos de corrupção generalizada que mancharam a memória do outrora moralizante grupo de petistas alçados ao poder em 2002. Populismo e tradição patrimonialista fundiram-se, certamente, em macunaímico carnaval que deitou por terra a moral pública e que entronizou o cinismo do *bateu-levou* ou da ética totalitária gramsciana, que visa à hegemonia do proletariado (leia-se: do novo peleguismo sindical, que escapa aos controles do Tribunal de Contas da União). Está consolidado, no Brasil, novo modelo de *neopopulismo de esquerda*, de tipo peleguista e estatizante.

Conclusão

O *neopopulismo* na América do Sul, como estilo praticado por governantes carismáticos no seio da mais ampla estrutura patrimonialista da sociedade, conduzirá estes países, certamente, como já está acontecendo, a um longo período de estagnação, em decorrência da falta de racionalidade na gestão do Estado. Compadrio, corrupção, autoritarismo, falta de transparência, desaguarão em enfraquecimento progressivo da democracia e perda da capacidade competitiva, num mundo em que este fator é fundamental para garantir a sobrevivência em meio a países que, como a China e a Índia, crescem de forma continuada e agressiva. O *neopopulismo* traduz-se, assim, em fator de atraso para os nossos países.

É bem verdade que a atual onda *neopopulista* encontrou os nossos países com uma

boa situação econômica, em parte decorrente das medidas saneadoras realizadas ao longo dos anos 90 do século passado, no terreno do controle sobre a inflação e em parte, também, em virtude da valorização das *commodities* produzidas na região, no mercado internacional. Assim, como frisa Álvaro Vargas Llosa, [2007: 19], “o que está ocorrendo agora é que os populistas têm muito dinheiro à sua disposição, desde Hugo Chávez até Nestor Kirchner”. Mas a situação, não podemos negar, tende a mudar fortemente nos próximos anos, sendo que já se anunciam dificuldades decorrentes da instabilidade dos mercados internacionais, causada basicamente pela desaceleração da economia americana. Em face das incertezas que começam a aparecer, os mandatários populistas ainda assumem posições de palanque.

Preocupa notadamente o fato, observado em todos os casos analisados, da tentativa dos Executivos hipertrofiados pretenderem se vincular diretamente às massas - ao povo que dizem representar – deixando de lado as instituições do governo representativo. Isso, num mundo cada vez mais complexo e com sociedades cada vez mais informadas e diferenciadas em grupos ascendentes, traduzir-se-á em conflitos violentos, que somente poderão ser desmontados e equacionados com a prática da representação de interesses nos correspondentes Parlamentos. O que está acontecendo nas últimas semanas na Bolívia é uma prova disso, bem como a insatisfação crescente que os observadores auscultam na sociedade venezuelana. Na medida em que a representação – e os Partidos que a alimentam – falha, falham também os caminhos para o equacionamento dos problemas. Pretender substituir a representação política pela política de participação direta do povo em praça pública, é uma infantilidade que sempre sai cara. Nas sociedades de massas, a deliberação da democracia participativa pressupõe e complementa, não substitui, a democracia representativa. Essa vã tentativa escora-se num pressuposto falso, decorrente do *democratismo* rousseauiano: a legitimidade de quem é eleito pelo voto direto confere-lhe uma soberania total, sendo que o mandato conferido em eleições refere-se a aspectos limitados que não abarcam a totalidade da vida social. Presidentes eleitos são legítimos para agirem dentro dos marcos da soberania limitada assinalada pela Constituição, não para exercerem um poder discricionário. Esta crítica já tinha sido feita, no início do século XIX, por Benjamin Constant de Rebecque, nos seus *Princípios de política*. A nossa tradição patrimonialista simplesmente passou uma borracha sobre estes ensinamentos do

liberalismo doutrinário.

Somente uma crítica continuada acerca dos mecanismos de ensimesmamento, de autoritarismo e de espírito antiliberal presentes nos vários *neopopulismos* na América Latina, afastar-nos-á da cilada da *utopia arcaica* que ameaça nos levar de volta ao passado.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. (Com a colaboração de Clifford Young). Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2007.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Por que Lula? – O contexto e as estratégias políticas que explicam a eleição e a crise*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2006.

ARCE CATACTORA, Luís Alberto. “Economía de Bolívia – Diagnóstico y planos para el 2008”. In: *DEP – Diplomacia, Estrategia, Política*. Brasília, no. 7 (julho / setembro 2007): p. 26-48.

ARGUEDAS, José Maria. *Os rios profundos*. (Tradução de Gloria Rodríguez). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BARRERA TYSZKA, Alberto; MARCANO, Cristina. *Hugo Chávez sem uniforme. – Uma história pessoal*. (Prólogo de Francisco Carlos Teixeira da Silva; tradução de Marcos Santarrita). Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

BARRETO, Luiz; MAGALHÃES, Inês; TREVAS, Vicente (organizadores). *Governo e cidadania – Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. 1ª. Edição. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARRANZA, Alejandria; USTARIZ ARCE, Reginaldo. *Evo Morales, um indígena presidente – Como um aimará voltou ao poder*. (Tradução de Carolina Elizabeth Osinaga Ustariz e Hebe Terán Arnéz). São Paulo: Brasbol, 2006.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. “Acerca de la grandísima importância de un partido”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 205-234.

CONSTANT DE REBECQUE, Henri-Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. (Tradução da edição inglesa e organização do índice a cargo de Joubert de Oliveira Brízida; edição preparada por José Mário Pereira; introdução de Nicholas Capaldi). Rio de Janeiro: Topbooks / Liberty Classics, 2007.

CORREA DELGADO, Rafael. “Un plan para Ecuador”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 91-97.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (organizadores). *A revolução invencível – Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional, Cartas e Comunicados*. (Tradução de Cláudia Schilling e Valter Pomar). 1ª. Edição. São Paulo: Boitempo, 1998.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. “Realidad de Argentina y de la región”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril/junho 2007): p. 5-14.

FERREIRA, Jorge (organizador). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *El otoño del patriarca*. 4ª. Edição. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

GREENSPAN, Alan. “América Latina e populismo”. In: *A era da turbulência – Aventuras em um novo mundo*. (Apresentação de Pedro Malan; tradução de Afonso Celso da Cunha Serra). Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 322-332.

GUERREIRO, Mário; OLIVA, Alberto. “Populismo: ilusionismo e auto-engano”. In: *Banco de Idéias*. Rio de Janeiro, vol. 10, no. 37 (dezembro 2006, janeiro/fevereiro 2007): p. 7-10.

ICAZA, Jorge. *Huasipungo*. (Tradução de António José Massano). Lisboa: Edições 70, 1980.

LACALLE DE HERRERA, Luis Alberto. “Mercosur – Proyecto y perspectivas”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 196-204.

MARTÍ, José. *Nossa América*. (Apresentação de Fernando Peixoto; introdução de Roberto Fernández Retamar; tradução de Maria Angélica de Almeida Tajber e Beatriz Cannabrava). 3ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

O’ DONNELL, Guillermo. “Populismo”. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Fundação de Assistência ao Estudante, 1986, vol. 2, p. 935-937.

PAIM, Antônio. *Para entender o PT*. 1ª. Edição. Londrina: Edições Humanidades, 2002.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *O Dinossauro – Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: Queroz, 1988.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, globalización y democracia”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 133-181.

RIVAROLA, Milda. “Paraguay – Estado patrimonial y clientelismo”. In: *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 110-132.

SCHWARTZMAN, Simon. *Coesão social, democracia e corrupção*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso – CEPLAN, 2007.

STOLL, David. *Rigoberta Menchú and the story of all poor Guatemalans*.

Boulder – Colorado; Oxford: Westview Press, 1999.

TAGUIEFF, Pierre-André. *L'illusion populiste – Essai sur les démagogies de l'âge démocratique*. 2ª. Edição. Paris: Flammarion, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres II*. (Edição sob a coordenação de André Jardin, com a colaboração de Jean-Claude Lamberti e James T. Schleifer). Paris: Gallimard, 1992, Bibliothèque de La Pléiade.

URIBE VÉLEZ, Alvaro. “Colômbia – Retos hasta 2010”. In: *DEP – Diplomacia, Estrategia, Política*. Brasília, no. 6 (abril / junho 2007): p. 76-90.

VARGAS LLOSA, Álvaro. “Populismo e Ditadura” (entrevista). In: *Banco de Idéias*, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 39 (junho-agosto 2007): p. 17-23.

VARGAS LLOSA, Mario. *La utopía arcaica – José María Arguedas y las ficciones del indigenismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

VÁSQUEZ-RIAL, Horacio. *La izquierda reaccionaria – Síndrome y mitología*. 2ª. Edição. Barcelona: Edicions B, 2003.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Movimento dos Sem-terra – Questões estratégicas*. Juiz de Fora: Portal Defesa, 2005. [In: <http://www.defesa.ufjf.br/fts/MST.pdf>].

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “O marxismo gramsciano, pano de fundo ideológico da reforma educacional petista”. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. Juiz de Fora, vol. I, no. 1 (setembro / novembro 2006a): p. 71-99. [In: <http://www.estudosibericos.com/arquivo/iberical.pdf>].

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006b.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. *Sistema internacional com hegemonia das economias de mercado – Desafios do Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular, 2007.

WEBER, Max. *Economia y sociedad – Esbozo de sociologia comprensiva*. 2ª. Edição em espanhol. (Edição preparada por Johannes Winckelmann; nota preliminar de José Media Echavarría; tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eduardo García Máñez, Eugenio Ímaz e José Ferrater Mora). México: Fondo de Cultura Económica, 1977, 2 volumes.

WEFFORT, Francisco. “Le populisme dans la politique brésilienne”. In: *Les Temps Modernes*. Paris, no. 257 (out. 1967): p. 624-649.

A CORTE PORTUGUESA EMBARCA PARA O BRASIL EM 1807 – VERSÕES DE PENSAMENTO EM CONFRONTO

Ernesto Castro Leal

Professor da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa
Investigador do Centro de História da
Universidade de Lisboa
castroleal@fl.ul.pt

“Esta nação [Portugal], mal lhe roubaram a escota e a espada, que descobriu e avassalou meio mundo, ficou-se para aí abismada na contemplação da sua última aventura heróica. O pensamento da sua independência ainda a levanta para resgatar a liberdade, e, apenas quando a afrontam no seu brio, estremece e ergue-se toda ela [...], com as invasões napoleónicas e com o *ultimatum* [...]. Só a mudança de regime [República] de novo a abala profundamente, de tal modo reacendeu aos seus olhos a estrela da esperança [...]. Um homem, que procura a beleza e a verdade, não deve manchar essa missão com a cegueira das paixões políticas. Os que nasceram para cantar e exaltar os corações alheios devem ter a voz clara e isenta e não hipotecar a sua liberdade por um fio que seja”.

Jaime CORTESÃO. *Memórias da Grande Guerra*¹.

¹ Jaime CORTESÃO [1919]. *Memória da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora, 1969, pp. 21 e 260.

Considerações iniciais

A vida europeia foi marcada por acontecimentos relevantes decorrentes do Bloqueio Continental à Grã-Bretanha, decretado pelo Imperador Napoleão, em Berlim, no dia 21 de Novembro de 1806, após a derrota militar da Prússia. Na estratégia napoleónica de domínio europeu, colocou-se, a partir de então, a rendição da potência que assegurava o domínio atlântico, para o que era necessária a neutralização dos países com costa europeia atlântica.

Era o caso de Portugal, que devia, nessa lógica geopolítica aceitar as condições do Bloqueio, salvaguardando a sua paz, ou então sujeitar-se a um confronto militar. Pelo acordo secreto de 22 de Outubro de 1807, o Governo português negociou com o Governo inglês um plano de colaboração antinapoleónico, onde constava a partida de Portugal da Família Real e da Corte para o Brasil, depois de ser ponderada a hipótese da ilha da Madeira.

Neste texto pretende-se apresentar várias posições políticas contraditórias sobre a partida da Corte, que notabilidades portuguesas relevantes, de diversas posições ideológicas e com audiência pública na época, exprimiram, as quais viriam a condicionar a recepção historiográfica posterior. Entre essas notabilidades, estavam Francisco Soares Franco, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Joaquim José de Azevedo (Visconde do Rio Seco) e José Liberato Freire de Carvalho².

² Para uma visão ideológico-política geral, cf. José Esteves PEREIRA. “Pensamento político em Portugal no século XIX”. In: *Atas do VII Colóquio Antero de Quental*. (Organização de José Maurício de Carvalho). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei-Minas Gerais e Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro-Lisboa, 2007, pp. 54-84.

1. Análise historiográfica, sob uma perspectiva geopolítica

O historiador Jorge Borges de Macedo apresentou, dentro de uma visão inovadora da história diplomática portuguesa, a seguinte análise em relação à partida para o Brasil da Família Real, da Corte e dos mais importantes navios da esquadra portuguesa, inserindo-a nos actos de resistência nacional contra a invasão napoleónica, onde desempenhou um importante papel político o diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812).

Desse modo, se percebe, com distanciamento crítico, a justificação da “retirada estratégica”, que teve os seus custos morais, político-militares ou económico-sociais, mas cujos benefícios eram avaliados como superiores face à opção pela permanência em Lisboa:

Quando se confirmou a entrada dos invasores, a corte preparou-se, em angústia, para executar os acordos celebrados com o Governo inglês [convenção secreta de 22 de Outubro de 1807], no sentido de levar a efeito a retirada para o Brasil. Foi o que se verificou em 27 de Novembro de 1807 [início do embarque]; a partida [29 de Novembro de 1807] de Lisboa deu-se, sem que ficasse, em Portugal, um único membro da casa real que a pudesse substituir ou representar. Ficava, tão-só, uma junta governativa [presidida pelo marquês de Abrantes]. Por razões diversas [...], a saída da corte para o Brasil tem sido interpretada como um acto de fuga da família real às suas responsabilidades públicas. Em termos de política externa e interna, não é a interpretação correcta. Ou seja, em termos de guerra e de eficácia de luta contra o invasor. A finalidade essencial dos franceses era “capturar” os reis, e obrigá-los a ceder os seus direitos dinásticos à França ou a entidades suas protegidas, tornando-as instrumentos das suas exigências. Só quando assim fosse é que consideravam que os reis podiam continuar a “dispor” dos povos e a representá-los.

A retirada da Família real para o Brasil foi assim a primeira e decisiva derrota da França napoleónica. É histórico o furor de Junot quando soube que, a esse respeito, nada podia fazer: o Bloqueio Continental, mesmo quando fechasse os

portos, começava a revelar-se politicamente ineficaz, em face desta primeira dificuldade encontrada pelo Exército da Gironda. Afinal, a França que dominava a casa real espanhola, nada podia fazer em relação à casa real portuguesa, protegida pelo mar e pela impotência napoleónica perante ele. O tratado de Fontainebleau [29 de Outubro de 1807] não passou, pois, de um acto de intenções, e a presença dos franceses um mero acto de força militar, uma vez que a lhe tinha escapado a principal peça indispensável à pressão política que pensava exercer: a casa de Bragança não renunciara ao trono de Portugal [...]³.

Portugal, pela sua posição geográfica europeia e pelo amplo domínio colonial (destaque então para o Brasil), viu-se envolvido directamente no confronto da balança de poderes entre a hegemonia continental da França de Napoleão, solidificada em Austerlitz e Iena, e a hegemonia marítima da Inglaterra de Jorge III, consagrada em Trafalgar. Dentro da rede da economia-mundo euro-atlântica, o centro de gravidade deslocou-se de Amsterdão para Londres, entre 1780 e 1815, representando “o fim de uma era multissecular, a das economias dirigidas por cidades”, passando a ser a Inglaterra a deter a preponderância económica da Europa e do mundo, decorrente do processo de Revolução Industrial⁴.

O paradoxismo napoleónico de conquistar o mar pelo poder da terra não impediu que construísse um Império europeu que, apesar de ter ocupado cerca de metade da Europa continental no seu apogeu de 1811, com 130 departamentos, veio a revelar-se “mais fruto do acaso do que da lógica”, sem conseguir dispor de meios navais para “rivalizar com a Inglaterra nos mares”⁵. Cumprido em parte, o Bloqueio Continental acabou por não resultar na sua ideia de base: isolar a Inglaterra do mercado europeu de importações e de exportações.

³ Jorge Borges de MACEDO. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987, pp. 352-353.

⁴ Fernand BRAUDEL. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985, pp. 90, 105-107.

⁵ Jean CARPENTIER e François LEBRUN. *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 285.

Conservando e ampliando o domínio naval dos mares, os ingleses ajustaram também os mecanismos financeiros e comerciais, compensando com novas áreas as que tinham sido fechadas, sendo de salientar a América Latina, para o que muito contribuiu a sua estratégia junto do Príncipe Regente de Portugal, quer da transferência da Família Real e da Corte para o Rio de Janeiro, quer da promulgação da carta régia de 28 de Janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil ao “comércio das nações amigas”, quer do tratado de comércio e navegação de Portugal com a Inglaterra, assinado em 19 de Fevereiro de 1810.

A Inglaterra alargava a sua posição geopolítica e geo-económica, mundializando-se. Surgia também, em confronto com a versão militar do liberalismo imperial francês, o exemplo político e civil de liberalismo representativo inglês para as elites culturais, políticas e militares que forjariam as novas revoluções liberais europeias. Os exilados portugueses em Londres, criadores de uma importante imprensa de opinião liberal, serão prova disso.

Dentro do jogo geopolítico de repulsa e de atracção, o sonho e a concretização parcial do Grande Império napoleónico originou um conjunto de revoltas, resistências e guerras nacionais contra o invasor⁶ – para os polacos, por exemplo, seriam uns libertadores – fundadoras de vários nacionalismos e Estados-nação. Na parte ocidental europeia, permitiria o reforço de uma consciência e de um destino comum, após o Congresso de Viena de 1815 ter redefinido as fronteiras europeias, com base no princípio da legitimidade, de Charles Maurice de Talleyrand, então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, através do qual se estabeleceu a necessidade de restabelecer as fronteiras que existiam antes das campanhas militares subsequentes à Revolução Francesa de 1789.

2. Posições públicas sobre a partida da Corte

Dentro do debate político da época, encontramos várias expressões de pensamento

⁶ Para Portugal, cf. Vasco Pulido VALENTE. *Ir pró maneta. A Revolta contra os Franceses (1808)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.

sobre a estratégia adoptada pela Corte portuguesa de embarcar para o Brasil e aí estabelecer a capital do Império Português ameaçado pelas tropas napoleónicas. Apesar do sobressalto da partida, com os invasores já em território nacional, essa estratégia começou a ser preparada, de forma mais intensa, desde o acordo secreto de 22 de Outubro de 1807, entre Portugal e a Inglaterra.

O confronto ideológico entre Absolutismo e Liberalismo, apesar de estar presente, não organiza em blocos opostos, como se verá, todas as atitudes políticas das notabilidades que foram escolhidas nesta sondagem de opinião, justificadas por terem sido intervenientes na conjuntura histórica entre 1807 (início das invasões napoleónicas) e 1834 (triumfo definitivo do liberalismo português).

2.1. Francisco Soares Franco

Francisco Soares Franco (1772 ou 1771?-1844) era lente em Medicina (Anatomia) na Universidade de Coimbra em 1806 e redactor da Gazeta de Lisboa em 1808-1812, o que lhe valeu críticas dos redactores liberais do Investigador Português em Inglaterra, entre eles, de José Liberato Freire de Carvalho, acusando-o de colaboracionista dos franceses, cargo que acumulou com o de médico da Real Câmara (1809-1813). Figura importante do primeiro Liberalismo português, será eleito deputado às Cortes Constituintes (1820), às Cortes vintistas (1822), às Cortes do 1º Cartismo (1826), às Cortes do 2º Cartismo (1834) e às Cortes setembristas (1836)⁷.

Através das Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal⁸, datadas de

⁷ Marília FARINHA. “Franco, Francisco Soares (1772-1884)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. (Direcção de Zília Osório de Castro). Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2002, vol. I, pp. 656-663. Na segunda linha do texto, afirma-se que nasceu em 1771, contrariando a indicação inicial.

⁸ Francisco Soares FRANCO. *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.

Londres em 16 de Outubro de 1807, o liberal doutrinário Francisco Soares Franco pronunciou-se a favor da partida da Corte para o Brasil, dada a ameaça da revolução na Europa, porque desde a Revolução Francesa “nenhuma Potência continental quis prever as consequências”. De seguida, considerava que Napoleão Bonaparte (“Tirano da Europa”) não tinha feito a revolução, pois fora a revolução que o criara, transformando-o num “monstro”, que não existia se não para a guerra⁹. Na Europa desse tempo, só via três Reis e Reinos que lhe podiam resistir: a Inglaterra (“âncora da esperança da Europa”), a Suécia (com o rei Gustavo) e Portugal com o Brasil.

Apesar de Portugal ser um Estado fraco e à disposição da vizinha Espanha dominada – mas a preparar uma guerra da independência –, a “nobre emigração de um Rei de Portugal, seguido dos seus Vassallos fiéis”, isto é, a partida da Corte para o Brasil, seria um importante factor político e psicológico da resistência nacional: “Executando-a o Príncipe do Brasil, oferece a Portugal a única esperança da sua salvação; é do Brasil que a sua influência o defenderá, se ele pode ser defendido”. Só concebia a permanência do Príncipe Regente no território continental, se tivesse ocultado a Napoleão esse segredo.

A imagem que transmitia de Napoleão era muito negativa: tirano, monstro, chefe de um poder absoluto, inimigo da Europa para a destruir e devorar. Em 1809, Francisco Soares Franco publicou um longo texto¹⁰ sobre os profundos “males, que nos tinha causado o Governo Francês”, se aqui permanecessem, e exaltava a “Restauração do nosso Governo” através de um “ardente entusiasmo, quase espontaneamente, como nascem todas as paixões nobres, quase sem educação alguma, nos corações bem formados”¹¹.

⁹ FRANCO. *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*, pp. 3-5 e 9.

¹⁰ FRANCO. *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1809.

¹¹ FRANCO. *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a domina*, p.4.

2.2. José Agostinho de Macedo

José Agostinho de Macedo (1761-1831) foi frade da Ordem dos Ermitas de Santo Agostinho desde 1778, vindo a ser expulso em 1792, após uma carreira recheada de escândalos, com várias prisões por apostasia, roubo e fuga. Expressou o seu antiliberalismo e antimaçonismo radical em famosos panfletos e em vários jornais contra-revolucionários que dirigiu, como a *Gazeta Universal*, *O Escudo*, *A Tripa virada* ou *A Besta esfolada*. Ocupou o cargo de Censor Ordinário (1824-1829), defendeu a causa de D. Miguel e do seu regime político absolutista e em 1830 será nomeado cronista substituto do Reino¹².

No Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas¹³, datado de Lisboa em 29 de Maio de 1808, o tradicionalista absolutista conservador José Agostinho de Macedo criticou veementemente a partida da Corte para o Brasil, devendo o Príncipe Regente ter resistido internamente ao “refalsado furor”, orgulho e ambição de Napoleão, incapaz de ver a desproporção de meios que mobilizou – um “exército de mendigos salteadores” – para “o irrealizado fim do abatimento de Inglaterra pela sua exclusão do continente”.

A transferência da Corte romperia o equilíbrio geopolítico europeu e impediria a prosperidade portuguesa, como se verificou, segundo o autor, com a queda e a ruína do Reino após a primeira invasão napoleónica, ameaçando até a existência da monarquia se Portugal se desmembrasse do Brasil. Ora, a partida da Corte, que classificara de forçada emigração do Príncipe Regente, de emigração precipitada e de “violenta emigração do Príncipe de Portugal”, teve como consequência, na leitura de José Agostinho de Macedo, a

¹² Sara Marques PEREIRA. “Macedo, José Agostinho (1761-1831)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, pp. 7-14.

¹³ José Agostinho de MACEDO. “Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas”. In: *Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opúsculos documentando as memórias para a sua vida íntima e sucessos da história literária e política do seu tempo. Com uma prefacção crítica de Teófilo Braga*. Lisboa: Por ordem e na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1900, pp. 297-314.

perda da independência do Portugal europeu, a profunda crise nacional e o aumento do poderio da Grã-Bretanha. É certo que também daria a unidade necessária ao Brasil para a sua independência política, construindo os alicerces de uma nação e do Estado imperial brasileiro.

Ao contrário do que previa José Agostinho de Macedo, nas suas proposições, Portugal, terminadas as invasões napoleónicas, continuou a ser um Reino independente, uma Monarquia, e não ficou “o mais desgraçado de todos os povos, e inútil a todas as potências”.

2.3. José Acúrsio das Neves

José Acúrsio das Neves (1776-1834), magistrado desde 1795, estava no arquipélago dos Açores em 1807 e regressou a Lisboa no dia 10 de Outubro desse ano. Com a entrada de Junot em Lisboa, retirou-se para Sarzedo (concelho de Arganil, distrito de Coimbra), onde tinha propriedades, e aí escreveu um conjunto de 12 panfletos antinapoleónicos, de notável argumentação crítica. Em Lisboa, a partir de 1810, será membro da Real Junta do Comércio e director da Real Fábrica de Sedas e das Obras das Águas Livres. Foi demitido de alguns dos seus cargos, após a revolução liberal de 1820. Eleito deputado (1º substituto) às Cortes vintistas (1822) defenderá D. Miguel e o seu regime político absolutista, vindo a ser nomeado procurador letrado à Assembleia dos Três Estados do Reino em 1828¹⁴.

Principalmente no Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos¹⁵, de 1808, e, depois, na sua grande síntese sobre a História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste

¹⁴ Sara Marques PEREIRA. “Neves, José Acúrsio das (1776-1834)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, pp. 308-313.

¹⁵ José Acúrsio das NEVES. *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*. Lisboa: Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.

Reino¹⁶, José Acúrsio das Neves, adepto de um tradicionalismo absolutista modernizador, defendeu as vantagens da retirada da Corte, a fim de salvaguardar o Brasil e outras colónias portuguesas: “sábua medida” em vez do “louco projecto de submeter-se aos franceses”¹⁷, como era o plano de Napoleão Bonaparte.

Apesar do Príncipe Regente não ter sido exactamente informado do movimento das tropas napoleónicas, no tempo em que o devia ser, pois já estavam em território português e ainda se supunha estarem na cidade espanhola de Salamanca, todas “as providências foram dadas para um pronto embarque”. O autor reconheceu o acerto na indicação dos nomes para a Junta Governativa, num momento de tanta angústia pela “orfandade em que ia ficar” Portugal, mas o Príncipe Regente, #em plena liberdade», podia lançar os fundamentos de um novo império [Brasil]”¹⁸.

O depoimento de José Acúrsio das Neves sobre o dia da partida da Corte tem, de facto, um recorte dramático:

Portugal é invadido, e o nosso Augusto Soberano se vê reduzido à dura necessidade de abandonar repentinamente a sua Capital, a sua Pátria, o seu Reino, para se refugiar naquela parte dos seus Estados, que pela sua situação lhe prometia mais segurança. Eu vi este amável Príncipe, e toda a Família Real embarcarem fugitivos no coração do inverno [...]. Eu vi coberta as praias de imenso Povo [...]; eu vi enfim o dia mais horroroso, que tem luzido aos meus olhos: o ar tranquilo se tornou tempestuoso; parece que a própria natureza se cobriu de luto [...]¹⁹.

¹⁶ José Acúrsio das NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* [1810]. Introdução crítica de António Almodovar e Armando Castro. Porto: Edições Afrontamento, [s.d.], tomos I e II, pp. 212-318.

¹⁷ NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, pp. 312-313.

¹⁸ NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, pp. 217-218, 220 e 316.

¹⁹ NEVES. *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*, pp. 20-21.

2.4. Joaquim José de Azevedo

Joaquim José de Azevedo (1761-1835), 1º visconde do Rio Seco (1818), ocupou cargos relevantes na Corte portuguesa – tesoureiro da Casa Real (demitiu-se a 15 de Setembro de 1821), almoxarife dos Paços Reais, escrivão dos Filhamentos, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1808), conselheiro do Príncipe Regente D. João (1810) e depois D. João VI (1818). Dado ser o oficial de diligências, foi incumbido pelo Príncipe Regente de organizar a partida da Família Real (meia noite do dia 25 de Novembro de 1807), seguiu para o Brasil e não quis acompanhar D. João VI no seu regresso a Portugal (partida a 26 de Abril de 1821 e chegada a 4 de Julho de 1821), ficando ao serviço de D. Pedro I, imperador do Brasil.

Na sua Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública²⁰, de 1821, Joaquim José de Azevedo, que se situava em 1807-1820, numa posição ideológica de transição para o liberalismo, defendeu a partida da Corte para o Brasil. Diagnosticava aí uma lamentável situação do Reino nos finais de 1807, visto a neutralidade ter provocado uma situação de cofres nacionais exauridos e um “ministério tímido e vacilante” não ter incentivado os recursos morais contra o “espírito caído” e não ter ouvido a opinião pública estabelecida. Em face da quase “escravidão” da Europa perante Napoleão e da presença de Junot em Abrantes – “Estava-se na crise do perigo” –, considerava não haver tempo para organizar uma resposta militar, depois do esforço nas negociações de neutralidade.

Restavam duas opções: ou se abandonava o Príncipe Regente e a Família Real à “discrição do inimigo, para subir um jugo, que não aliviaria a Nação”, ou se aproveitava a presença de uma esquadra inglesa para sair, cujo risco era deixar o povo português em

²⁰ *Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco, desde o dia 25 de Novembro de 1807, em que sua majestade fidelíssima o incumbiu dos arranjos necessários da sua retirada para o Rio de Janeiro, até o dia 15 de Setembro de 1821, em cujo ano demitira todos os lugares e empregos de responsabilidade de Fazenda, com permissão de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, concedida por decreto de 27 de Agosto do presente ano, publicada por ele mesmo.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

“orfandade”, temendo por uma série de males. Devia optar-se pela partida para o Rio de Janeiro, transportando “os preciosos restos da Glória Portuguesa”, o que veio a acontecer, descrevendo, desta forma, o estado de espírito do povo de Lisboa durante os dias do embarque:

Vagando tumultuariamente pelas praças, e ruas, sem acreditar o mesmo, que via, desafogava em lágrimas, e imprecações, a opressão dolorosa, que lhe abafava na arca do peito o coração inchado de suspiros: tudo para ele era horror; tudo mágoa; tudo saudade; e aquele nobre carácter de sofrimento, em que tanto tem realçado acima dos outros Povos, quase degenerara em desesperação! Era neste estado de frenesim popular, que ele no seu regresso para o cais de Belém foi envolvido em uma nuvem de verdadeiros filhos, que desacordadamente lhe pediam contas do seu Chefe, do seu Príncipe, do seu Pai, como se ele fora o autor de um expediente, que tanto os flagelava! A nada se poupou para serenar a multidão; desculpas oficiosas, protestações sinceras de que ele nada influíra para tais sucessos, preces, rogos; tudo era perdido para um Povo, que no seu excesso de dor o caracterizava de instrumento do seu martírio, sem se abster de o sentenciar de traidor!²¹.

2.5. José Liberato Freire de Carvalho

José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) era em 1795 cónego regente de Santo Agostinho e foi maçom desde 1802, vindo a ser Grão-Mestre do Grande Oriente da Maçonaria do Sul (1834-35 ou só 1835). Após ter sido preso sem acusação nem sentença, conseguiu fugir e exilou-se em Londres (1813), onde será redactor de *O Investigador Português em Inglaterra* (desde 1814) e director do *Campeão Português* (1819-21), e aí abandonou a carreira eclesiástica. Regressou a Lisboa em 1820, teve novo exílio inglês durante o reinado absolutista de D. Miguel e regressou definitivamente com o exército de D. Pedro em 1832, participando na Guerra Civil. Esteve presente no Parlamento, como

²¹ *Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco [...]*, pp. 1- 4.

deputado às Cortes vintistas, às Cortes do 2º cartismo e às Cortes setembristas²².

Dentro de um registo ideológico filiado no liberalismo, encontramos a justificação da sua opinião contrária à partida da Corte no Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal²³, publicado em 1830, só admitindo excepcionalmente, com toda a segurança, a retirada para a Madeira ou para os Açores. Começava por condenar a compra da nossa neutralidade por 15 milhões de francos, no conflito franco-britânico, estabelecida na Convenção de Lisboa de 19 de Março de 1804, entre Portugal e França, que também concedia facilidades na importação a vários produtos manufacturados franceses.

Para José Liberato Freire de Carvalho, o Governo português, presidido “por um príncipe sem carácter, fraco e medroso”, era “imbecil ou corrupto”, pois, “empregando a miserável política da dissimulação e dos enganos”, fazia “a corte ora à Inglaterra ora à França, loucamente pensou que poderia conservar por longo tempo a sua fingida neutralidade”.

Junot entrou em Lisboa, sem ter encontrado resistência, dado que, na opinião de Freire de Carvalho, para a França, o nosso “desgraçado” Governo não se tinha preparado nem com as forças nacionais, nem com o auxílio de estrangeiros, assim sacrificando a honra, a independência e a pátria. A retirada para o Brasil provocaria inevitavelmente uma grande dependência da Inglaterra, que se confirmaria na carta régia de 1808 e no tratado de 1810, “desastrosos tratados de comércio” decorrentes da “aliança que o gabinete do Rio de Janeiro fez com a Inglaterra”.

²² Isabel CLUNY. “Carvalho, José Liberato Freire de (1772-1855)”. In *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, pp. 418-424.

²³ José Liberato Freire de CARVALHO. *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal, onde se mostra ser aquele Reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra são as causas da sua actual decadência*. Paris: Casa de Hector Bossange, 1830.

Considerou que, se houvesse um governo constitucional, produto de uma verdadeira representação nacional, a resposta não seria a mesma, evitando-se “esta retirada, ou antes esta fugida tumultuosa e confusa”, que, apesar de ter transtornado uma parte dos planos de Napoleão, também afectou “todo o sistema político de Portugal”: foi a Inglaterra que inspirou “a ideia da emigração da corte e do governo para o Brasil [...] para se aproveitar directamente do comércio e riquezas daquele vasto país”²⁴.

Nas suas Memórias da Vida, publicadas em 1855, descreveu, assim, de uma forma bastante crítica, a partida da Corte para o Brasil:

D. João, Príncipe Regente, toda a sua corte, e muita mais gente, que quis seguir-lhe a sorte, corriam espavoridos a meter-se nos navios como homens que, vendo a casa incendiada, saltam pelas janelas. Um feliz golpe de vento salvou todo este rebanho desordenado e tímido, e fez com que não caísse no poder dos franceses. O Regente, fugindo, só teve boca para nomear uma Regência, e pedir aos portugueses, que cobardemente desamparava, recebessem como amigos os seus conquistadores; recomendação, que ao depois serviu de título para perseguir os que a tinham cumprido!²⁵.

Considerações finais

Através desta selecção de autores e textos significativos da época da partida da Família Real e da Corte portuguesa para o Brasil, pretendeu-se evidenciar algumas vias de expressão do pensamento e da controvérsia política face à resposta a dar perante a invasão napoleónica de Portugal em 1807. Outras se lhes podiam juntar, mas para surpreender esse ambiente de confronto político e ideológico, parecem suficientes as ideias de Francisco Soares Franco, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Joaquim José de

²⁴ CARVALHO. *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal [...]*, pp. 155-156, 159 e 162.

²⁵ *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho* [1855]. Introdução de João Carlos Alvim. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 36.

Azevedo e José Liberato Freire de Carvalho, situadas ideologicamente, como se viu, ou na transição do Absolutismo para o Liberalismo ou no Tradicionalismo absolutista ou no Liberalismo.

Dentro do jogo da decisão geopolítica e da sua representação, encontramos algumas polarizações relevantes – neutralidade vs posição clara; fuga atabalhoada vs retirada estratégica; junta governativa vs príncipe de sangue com regência. O certo é que, da resistência às invasões napoleónicas, saiu uma maior coesão nacional e uma maior consciência liberal, que viria a permitir a construção em Portugal de um Estado-nação liberal e no Brasil a construção da sua unidade territorial e do seu Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPENTER, Jean e LEBRUN, François. História da Europa. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CARVALHO, José Liberato Freire de. Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal, onde se mostra ser aquele Reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra são as causas da sua actual decadência. Paris: Casa de Hector Bossange, 1830.

Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco, desde o dia 25 de Novembro de 1807, em que sua majestade fidelíssima o incumbiu dos arranjos necessários da sua retirada para o Rio de Janeiro, até o dia 15 de Setembro de 1821, em cujo ano demitira todos os lugares e empregos de responsabilidade de Fazenda, com permissão de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, concedida por decreto de 27 de Agosto do presente ano, publicada por ele mesmo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

FRANCO, Francisco Soares. Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar. Lisboa: Oficina de António

Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1809.

FRANCO, Francisco Soares. Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. 3ª ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.

MACEDO, Jorge Borges de. História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987.

MACEDO, José Agostinho de. “Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas”. In: Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opúsculos documentando as memórias para a sua vida íntima e sucessos da história literária e política do seu tempo. Com uma prefação crítica de Teófilo Braga. Lisboa: Por ordem e na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1900, pp. 297-314.

Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho [1855]. Introdução de João Carlos Alvim. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

NEVES, José Acúrsio das. História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino [1810]. Introdução crítica de António Almodovar e Armando Castro. Porto: Edições Afrontamento, [s.d.], tomos I e II.

NEVES, José Acúrsio das. Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos. Lisboa: Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.

PEREIRA, José Esteves. “Pensamento político em Portugal no século XIX”. In: Atas do VII Colóquio Antero de Quental. (Organização de José Maurício de Carvalho). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei-Minas Gerais e Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro-Lisboa, 2007, pp. 54-84.

VALENTE, Vasco Pulido. Ir pró maneta. A Revolta contra os Franceses (1808). Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.

**Um Ilustrado na Corte dos Trópicos: Silvestre
Pinheiro Ferreira e o mundo luso-brasileiro
(1809-1821)**

Sandra Rinco Dutra

Mestranda em História pela
Universidade Federal de Juiz de Fora.
Membro do Núcleo de Estudos sobre
Madame de Staël e o Romantismo, da UFJF.
sandrinco@hotmail.com

Resumo:

Esse trabalho tem como objetivo analisar em linhas gerais a trajetória do conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, no período em que esteve no Brasil e atuou junto à Corte de D. João VI (1809-1821), enfocando seu empenho em obter soluções para salvaguardar a soberania do trono e a integridade do Império, assim como sua participação nos episódios mais importantes da época. Nos doze anos de sua permanência, teve significativa atuação política e deixou escrita uma história instigante, que influenciaria todo o período imperial brasileiro.

Palavras-chave: Silvestre Pinheiro Ferreira; Império português; século XIX.

Introdução:

Em Portugal, os “homens de letras”, direta ou indiretamente ligados à estrutura administrativa do Estado, foram os responsáveis pela execução dos mais importantes

projetos a partir de 1750. Suas trajetórias político-intelectuais, apoiadas na condição comum de “estrangeirados”²⁶, demonstraram que estes observavam a situação portuguesa baseados no embate instituído entre a realidade nacional e os diversos contextos da Ilustração europeia. Dessa forma, enunciavam suas visões sobre a específica posição de Portugal na conjuntura internacional de efervescência de novas idéias e avanços científicos, além de proposições reformistas pela necessidade de uma reordenação profunda naquela sociedade, seguindo o curso do processo europeu. Foram unânimes em identificar o atraso cultural do Reino como a barreira, por excelência, a ser superada no processo de inversão de sua decadência econômica, e indicavam a hegemonia ideológica da escolástica, assim como a intervenção econômica inglesa no país, como causas de tal atraso.²⁷ Apesar desse anseio de modernização por uma parcela expressiva da elite, não se falava e nem se queria prescindir da presença do poder real, ou seja, essa reforma deveria ser feita de maneira a conservar, e mesmo reforçar, tal poder.

Sendo assim, a monarquia portuguesa pôde contar com uma gama de intelectuais que eram favoráveis ao Império em todos os sentidos, preocupados com seu futuro e inclinados a afastar os ecos revolucionários, a todo custo, para sua manutenção; homens que expressavam uma deliberação consciente à esse respeito a partir do campo de possibilidades em que se inseriam.²⁸ Homens como o conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, que teve grande importância nos negócios do Estado no período em que a família

²⁶ Segundo Ana Rosa Cloquet da Silva, os “estrangeirados” compunham um grupo que abarcava os homens portugueses que, longe do reino luso, embebiavam-se do pensamento ilustrado, ou que, por criticarem seu tradicionalismo, eram banidos do âmago da sociedade portuguesa, ainda que muitas vezes concordassem com a ordem estabelecida. Aludidos pela historiografia como fundamentais na composição e disseminação da ilustração lusitana, reivindicaram continuamente para si a condição de propagadores “*da cultura estrangeira e das técnicas do tempo*”, no sentido de equiparar Portugal às demais nações europeias “*cultas*”. - SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006, p. 39.

²⁷ Essa suposta discrepância do Reino em relação à outras partes da Europa, quanto a introdução das novas idéias iluministas, deveu-se a uma específica relutância da sociedade lusitana, extremamente enraizada na tradição, em aceitá-las. - *Ibidem*, pp. 36-48 *passim*. Por isso, o Reformismo Ilustrado português foi uma incorporação seletiva das Luzes, uma vez que, por um lado, repeliu as idéias ilustradas que colocavam em xeque as prerrogativas absolutistas do trono, o domínio colonial e a religião católica e, por outro, procurou realizar reformas econômico-sociais no sentido de promover o desenvolvimento manufatureiro e comercial da metrópole e de romper com o panorama cultural vigente em Portugal e seus domínios. Dessa forma, a Ilustração foi, ao mesmo tempo, referência e alvo de ataques. - VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 17-18.

²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Braziliense, nº1, mai/2005, p. 12.

real portuguesa refugiou-se no Brasil. Pensador, erudito, teórico do liberalismo político, participou diretamente das mais importantes decisões nos momentos de crise os quais o Império português foi submetido nas primeiras décadas dos Oitocentos - como veremos a seguir - e teve suas idéias consideradas como elemento preponderante praticamente em todo o período imperial brasileiro.

O período pré-Brasil:

Nascido em Lisboa, a 31 de dezembro de 1769, Pinheiro Ferreira era o filho do meio de três irmãos e seus pais pertenciam à classe industrial, inseridos no esquema de ascensão social pombalino. Começou seus estudos na Congregação do Oratório, mas por um conflito de idéias deixou a Ordem e tornou-se professor em Lisboa. Em 1794, ingressou como professor substituto de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra. Novamente entrou em conflito, dessa vez por propagar o sensualismo²⁹ de Locke, Bacon e Condillac à revelia da tradição escolástica conservadora portuguesa³⁰, sendo apodado de jacobino e conspirador. Perseguido pela Inquisição, fugiu para a Holanda, em 1797, ficando sob a proteção do embaixador de Portugal em Haia, Antônio de Araújo de Azevedo, futuro Conde de Barca, que, além de ter conseguido regularizar sua situação com o perdão de sua fuga, lançou-o à carreira diplomática, nomeando-o secretário de embaixada em Paris e, mais tarde, também em Haia.

Após uma viagem de estudos ao norte da Alemanha e uma curta temporada de volta a Lisboa, Pinheiro Ferreira foi nomeado Encarregado de Negócios de Portugal na Corte de

²⁹ No *Sensualismo*, todo o saber e todas as virtudes do espírito provêm da sensação, dessa forma, toda compreensão e apreensão do espírito humano é fruto da experiência. A verdade suprema tem por princípio a matéria e a racionalidade; os valores éticos são relativos e a percepção sensorial é a única fonte de conhecimento e verdade. – *O Iluminismo Francês*. Disponível em: O Mundo dos Filósofos <www.mundodosfilosofos.com.br> Acesso em: 15 out. 2007 (Autor desconhecido).

³⁰ A Escolástica foi um conjunto de doutrinas filosófico-teológicas aplicadas nas escolas e universidades medievais. Como traços característicos, podemos apontar: a subordinação do pensamento grego à teologia, com Deus como o fundamento de todas as coisas; a defesa da Igreja contra as instituições seculares; também a adoção do método lógico-formal. No século XVI, houve um movimento de renovação da filosofia escolástica em Portugal e na Espanha, em resposta à Reforma Protestante. No campo político, manifestou-se através o Concílio de Trento (1545-1563) e com a Fundação da Companhia de Jesus (1534-1540). No campo filosófico retomou as teses fundamentais escolásticas e buscou a restauração dos princípios do tomismo nas Universidades de Coimbra e Salamanca, mediante os estudos e comentários das obras de São Tomás de Aquino. – BRAY, Renato Toller. *O Processo Civilizatório no Brasil e a Escolástica: Questões de História do Direito*. Revista Boletim Jurídico, Uberaba, Ano V, n. 261, ed. 153, nov./2005.

Berlim, em 1802; este foi o auge de sua carreira até então. A estadia berlinense foi de extrema relevância, tanto para seu enriquecimento intelectual quanto para o enriquecimento do patrimônio científico lusitano. Nos intervalos entre seus afazeres diplomáticos, o conselheiro pôde acompanhar o movimento idealista pós-kantiano, assistindo as conferências e debates de *Fichte* e *Schelling*³¹; também cursou Mineralogia, sendo aluno de *Karsten* e *Werner*³². Incumbido pelo governo português, Silvestre Pinheiro comprou para a Universidade de Coimbra uma célebre coleção mineralógica, a de *Pabst de Ohain*³³. Mas, por conta das campanhas napoleônicas, tal coleção acabou por ser destinada ao Rio de Janeiro e à ela foram integradas outras pedras características da região.

De lá, ao que tudo indica, Silvestre Pinheiro Ferreira teve conhecimento dos planos de invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas. Já em 1803, ele apresentou perante o trono português um ofício no qual expunha o seu temor pelas conseqüências de tal ação e

³¹ *Johann Gottlieb Fichte* (1762 -1814) foi o primeiro e maior discípulo de Kant e um dos principais filósofos idealistas de grande destaque na Alemanha, nas primeiras décadas do século XIX. Dedicou-se em demonstrar a falha do kantismo, que residia na atribuição da liberdade e de Deus como a coisa última, o "absoluto". Para Fichte, o "absoluto" é o Eu. "*Mesmo que não possa ter um conhecimento de si fora do pensamento, a coisa pensante existe e tem intuição de si mesma como o Eu, e é a coisa última*". O Eu é compreendido em si mesmo como ação; o pensamento é posterior. *Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling* (1775 - 1854) foi outro proeminente filósofo idealista alemão, também preocupado em evidenciar o equívoco contido no kantismo. Do mesmo modo, analisou a filosofia de Hegel, que via o "absoluto" como um sistema lógico universal, regente de todas as coisas, até mesmo do homem. Para Schelling, o "absoluto" é uma fonte singular da qual se diferenciam todos os seres. Tudo que é e existe possui uma característica essencial. "*Todas as coisas, por diferentes que pareçam, vistas de um certo ponto, vêem fundir-se na matriz idêntica de todo ser que é o 'absoluto'. A realidade é uma evolução, e se manifesta por etapas sucessivas. Passa de natureza inorgânica à natureza orgânica, e desta ao espírito*". Além disso, criticou Fichte pelo fato de ter visto a natureza somente como um objeto em sua subordinação ao homem, assim como fez Hegel. - *O Idealismo Pós-Kantiano: Fichte, Schelling e Schleiermacher*. Disponível em: Mundo dos Filósofos – www.mundodosfilosofos.com.br. Acesso: 17 maio 2008 (Autor desconhecido).

³² *Dietrich Ludwig Gustav Karsten*, (1768-1810) foi professor de mineralogia e ciências da mineração e curador da coleção de minerais da Academia de Mineração de Berlim. Com sua dedicação e empenho, ele conseguiu aumentar significativamente tal coleção, tornando-se um grande especialista na área. - *Institute of Mineralogy: History*. Disponível em: Museum für Naturkunde Berlin - www.museum.hu-berlin.de. Acesso: 19 mai. 2008 (Autor desconhecido). *Abraham Gottlob Werner* (1749-1817) foi o fundador da Geognosia, ciência que, no final do século XVIII, buscava descrever os constituintes minerais e rochosos da Terra. A Geognosia se contrapunha à Geologia, ciência que se empenhava a decifrar os processos da dinâmica planetária. - MENEGAT, Rualdo. *Arqueologia do Conhecimento Português a época do Descobrimento e as Fontes sobre a Territorialização Científica do Brasil*. Revista Episteme, Porto Alegre, n. 15, ago./dez. 2002, p. 5-14.

³³ A coleção mineralógica de *Pabst de Ohain*, com um acervo de mais de 7500 exemplares, pertencia ao especialista em mineralogia alemão Karl Eugen Pabst von Ohain (1718-1784). Após sua morte, ela foi reorganizada por Werner e comprada pelo governo de Portugal, inicialmente para a Universidade de Coimbra, mas enviada para a Universidade do Rio de Janeiro, onde foi usada no ensino de mineralogia e geologia. - *Library: Schultz's Biobibliography*. Disponível em: The Mineralogical Record. - www.minrec.org - Acesso em: 20 mai. 2008 (Autor desconhecido).

aconselhava que “nenhum outro recurso restava, senão o de procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra então nascente, que jurava a inteira destruição das antigas dinastias da Europa”. Na verdade, o que era um aviso de cautela, foi visto como um ato de pânico por parte do conselheiro. Mas, como ele mesmo observou, “ainda bem não tinha decorrido um lustro, quando os sucessos confirmavam as minhas predições”, isto é, em 1807 o Reino de Portugal pôde comprovar seu prognóstico.³⁴ Porém, ao operar sem a devida cautela no que se referia à política de Napoleão e o sistema de forças na Europa, Pinheiro Ferreira atraiu para si próprio a ira do Imperador que, também tendo conhecimento da opção política pró-britânica da Corte portuguesa, lhe desobrigou das funções diplomáticas berlinenses e exigiu sua partida da Alemanha.

O motivo de sua ida para o Brasil não é certo, já que poderia ter ficado na Europa, mas sabemos que aqui chegou em 1809. Existem algumas versões acerca da razão que teria levado Silvestre Pinheiro para o Brasil. Uma delas é que tendo sido encarregado de organizar uma companhia de espingardeiros alemães para o estabelecimento de uma fábrica de espingardas em Portugal, no intuito de se fazer frente à expansão ofensiva das técnicas militares napoleônicas, mas com a Corte de partida para o Brasil e arriscando-se todo o investimento feito, acabou por embarcar para esse território ultramarino, onde é ressarcido em apenas uma pequena parte.³⁵ Outra versão é que ele teria ido de Berlim para Lisboa e só depois embarcado para o Brasil, seguindo os passos da família real, para apoiar a monarquia.³⁶ Ainda uma terceira versão é que saindo de Berlim expulso por Napoleão, evidentemente, não poderia voltar à Portugal invadida pelos franceses, logo, ele vai para o Brasil.³⁷

³⁴ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, p. 27.

³⁵ PREGITZER, Maria Elsa. *A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: “Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie”*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, p. 86.

³⁶ PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974, p. 17.

³⁷ CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *Silvestre Pinheiro Ferreira: a ordenação do poder nacional luso-brasileiro no século XIX*. Revista Discurso Filosófico, nº 6, jul/2001, p. 32.

No encaço da família real:

A respeito da estadia de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil, pouco se sabe concretamente sobre sua trajetória, principalmente nos primeiros anos. Alguns eventos podem ser recuperados através de estudos esparsos, como os realizados pelos portugueses José Esteves Pereira e Maria Beatriz Nizza da Silva. Assim, sabemos que no Rio de Janeiro voltou a dar aulas de Filosofia, uma vez que sua carreira diplomática recém iniciada na Alemanha ficou estagnada. Isso provavelmente porque o Conde de Barca (o qual Silvestre Pinheiro era colaborador e este era seu mentor e amigo) além de ser uma das figuras proeminentes do Partido Francês, não fora incluído no novo gabinete brasileiro, de março de 1808, basicamente formado pelo Partido Inglês, que tinha como principal representante D. Rodrigo de Sousa Coutinho.³⁸ Pinheiro Ferreira, como partidário das idéias do Conde, provavelmente tenha sido, por esse motivo, apartado das funções diplomáticas.³⁹

Em 1811, após reiterados pedidos diretos ao rei, o conselheiro conseguiu um lugar na Junta do Comércio, local em que teve ativa participação. No ano seguinte, foi designado para negociar com a República de Buenos Aires, na questão da Cisplatina. Contudo, prevendo o fracasso de tal empreitada, recusou a missão. Devido a essa posição, recebeu uma ordem de prisão e exílio na Ilha da Madeira, que quase chegou a ser consumada a não ser pelo fato de ter sido perdoado momentos antes da partida (já se encontrava a bordo do navio).⁴⁰ Não está claro o porquê da indicação de Pinheiro Ferreira à tal missão, haja vista que já não desempenhava esse tipo de atividade. Entretanto, no início da década de 1820, ele voltará a tratar dessa questão, sempre favorável ao abandono da causa e ao fim da guerra.

Em 1813, iniciou seu curso de “Preleções Filosóficas” no Real Colégio São Joaquim, publicando-as na Imprensa Régia entre 1813 e 1820, órgão que veio a ser diretor; paralelamente, atuou como colaborador do jornal “O Patriota”. O Rio de Janeiro, nesse momento, era palco de um novo discurso, que enaltecia o advento de um tempo de “*liberdades para o Brasil*”, assim como o rompimento dos laços coloniais e de um destino

³⁸ SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., pp. 184-5.

³⁹ Apenas em 1814, após o falecimento do Conde das Galveias, sucessor de D. Rodrigo, Antônio de Araújo de Azevedo voltou ao governo de D. João VI, assumindo o Ministério da Marinha.

⁴⁰ José Esteves Pereira, op. cit., pp. 17-18.

afortunado para seus habitantes. Essa nova atmosfera de circulação de idéias estabelecia também um novo campo de crítica, ocasião de propagação de valores políticos e idéias liberais insurgentes.⁴¹ Dessa forma, fazendo parte desse novo cenário propício para a difusão do ideário iluminista, Silvestre Pinheiro Ferreira adquiriu grande notoriedade, uma vez que pôde disseminar seu pensamento, oriundo de uma visão cosmopolita típica do Iluminismo, possibilidade essa lhe negada em Portugal pelo fato de ir contra o conservadorismo da tradição escolástica, revigorado após a queda de Pombal.⁴² Assim, ele tornou-se muito conhecido e respeitado na Corte como filósofo liberal e intelectual ilustrado.

O ano de 1814 foi muito significativo para o Império português. Após anos de extrema agitação, finalmente o Império Napoleônico recuou e novamente foi instaurada a paz com Portugal. A Corte lusa, após seis anos de exílio em terras americanas, enfim estava livre e segura para voltar à parte europeia de seu território. Entretanto, o que poderia parecer óbvio transformou-se em uma arena de incertezas: seria esta a melhor opção para a preservação da integridade e soberania da monarquia e suas possessões? Ou a permanência no Brasil, a parte mais rica e de maior potencial do Império, seria a melhor saída, uma vez que esta trouxe um revigoramento nas perspectivas em relação a um futuro novo e salutar, tão desejado pela ilustração luso-brasileira desde fins do século XVIII? Destarte, a pedido de D. João VI, Pinheiro Ferreira escreveu um parecer sobre a questão da sede da monarquia e de sua possível reforma, preservando a integridade do Império diante da onda avassaladora da revolução. Trata-se das *“Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”*.

No parecer, o conselheiro não se preocupou simplesmente em tratar da questão da residência da Corte, mas também aproveitou a oportunidade para sugerir modificações políticas que deveriam ser geridas pela Coroa, e evitar, assim, mudanças via ação revolucionária. Apontou as fraturas na administração pública, principalmente na real fazenda, convergindo com as posturas de ilustrados que acreditavam que *“um bom estado*

⁴¹ SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 51-90 passim.

⁴² SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., p. 104.

da Fazenda é o melhor esteio dos tronos”⁴³. Sistematizou também leis para os súditos da nação portuguesa, de modo que seria possível ascender à nobreza, tanto de forma hereditária quanto por mérito, em qualquer parte do Império, abolindo a distinção metrópole-colônia. Portanto, era através destas modificações que o conselheiro entendia ser a única forma de remediar conseqüências que “*forças humanas ou enredos políticos já não poderiam contornar*”.⁴⁴

As mudanças aventadas no projeto de Silvestre Pinheiro Ferreira, apesar de terem sido solicitadas pelo regente, não obtiveram seguimento. Isso pelo fato de não terem repercutido de forma análoga entre os componentes do gabinete de D. João, tendo em vista a diversidade de opiniões que se confrontavam sobre a volta ou não da Corte para Portugal. O que foi proposto pelo conselheiro era a tentativa de estabelecer uma estrutura de poder que organizasse e hierarquizasse o Império de maneira homogênea, a fim de mitigar as dissensões dos vários interesses envolvidos no jogo político.⁴⁵ Além disso, o plano visava a reforma da monarquia, no sentido de sua modernização, viabilizando o desenvolvimento econômico, político e cultural do país, retirando-o da condição de inferioridade e inserindo-o na nova conjuntura do desenvolvimento europeu.

Este feito marca sua volta, dessa vez definitiva, à burocracia do Estado, sendo nomeado oficial da secretaria do ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1815, ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido. Apesar do caráter simbólico dessa ação, da elevação do Brasil a tal categoria, o conselheiro retoma suas atividades políticas num momento de afirmação do país como um corpo autônomo e de ascensão de um processo de institucionalização que já havia se iniciado antes mesmo de tal promoção. Com isso, ficou categoricamente nítido que não estava nos desígnios de D. João voltar à

⁴³ “Representação ao príncipe regente sobre vários assuntos”, de 5 de julho de 1798. In: *D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros, 1783-1811*. t. II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 89. apud SILVA, Ana Rosa Cloquet da, op. cit., p. 177.

⁴⁴ MACEDO, Roberto. *Brasil Sede da Monarquia: Brasil Reino (1ª parte)*. Col. História Administrativa do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB/FUNCEP, 1983, p. 153. Cabe aqui chamar a atenção para traçar um possível paralelo entre o fato de Antônio de Araújo de Azevedo ter retornado às funções do Estado em 1814, como ministro da Marinha, e Silvestre Pinheiro ter sido chamado por D. João VI para escrever seu sumário de providências no mesmo ano. Isso nos dá uma idéia do grau de ligação entre o conselheiro e o Conde de Barca.

⁴⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 56-7.

Portugal e deslocar mais uma vez a sede do poder imperial para Lisboa. A justificativa apresentada para que o Brasil deixasse de constituir uma possessão colonial portuguesa e passasse a formar um reino por si próprio foi pautada na verificação da importância de sua extensão territorial, riqueza e de sua posição geográfica; na reafirmação dos laços e da identidade entre Brasil e Portugal; também pautada na necessidade de formalizar a elevação do Brasil à categoria em que fora internacionalmente graduado pelos representantes das potências no Congresso de Viena. Além disso, tornara-se indispensável que o Brasil tivesse “*graduação política igual à majestade do trono, que nele se estabeleceu*”.⁴⁶ Para Silvestre Pinheiro, essa era uma excelente oportunidade de participar de um momento novo, tendo a possibilidade de colocar na prática todo o seu conhecimento adquirido, decorrente de anos de estudos. Em todas as terras por onde passou, o conselheiro sucessivamente se deparou com “*motivos de queixas contra a dureza dos vários regimes, cujas leis limitavam tanto a liberdade individual do cidadão como os deveres de hospitalidade para com os estrangeiros*”.⁴⁷ Isso fez com que sua permanência no estrangeiro influenciasse sua carreira e seu percurso intelectual, e direcionasse-os para as questões referentes a modernização das instituições e para o fortalecimento monárquico português.

Em 1820, a situação tornou-se insustentável. Era nítido que o modo de agir da política imperial ficou cada vez mais voltado para os interesses do Brasil, principalmente após 1815. Além disso, o fato de nunca se ter chegado a consenso algum oficialmente em relação à localidade do centro do poder acarretou uma série de insatisfações por parte dos portugueses da península, que empenharam seus esforços contra o estatuto colonial que Portugal ocupava, e alvitavam a revalorização de Lisboa como sede do Império.⁴⁸ O resultado disso foi o movimento revolucionário do Porto, eclodido no dia 24 de agosto, que tinha como lema a *Regeneração da sociedade lusitana*.⁴⁹

⁴⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 304-6.

⁴⁷ PREGITZER, Maria Elsa, op. cit., p. 91.

⁴⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., pp. 74-5.

⁴⁹ Os revoltosos proclamavam a necessidade de uma monarquia com instituições liberais e representativas, empregando como tática o estilo de sublevações populares e juntas governativas locais, como os que reprimiram os franceses em 1808-1809. - SILVA, Ana Rosa Cloquet da, op. cit., pp. 287-8. Dessa forma, foram convocadas as Cortes em caráter revolucionário, antes só reunidas excepcionalmente, mediante solicitação do rei. Elas proporcionaram uma novo sentido à soberania, na sua origem, atribuição e desempenho, fazendo emergir, pela primeira vez, uma concepção do poder vinculada à idéia de nação. -

As notícias advindas de Portugal chegaram ao Brasil, em 17 de outubro, dividindo opiniões. No Rio de Janeiro, o clima era de tensão. De um lado, estava o grupo dos aliados aos vintistas e às Cortes, que aspiravam pela saída de D. João VI e, com isso, terem a chance de instituir novas leis reguladoras das relações de poder, porque se achavam estorvados tanto em sua atuação política quanto na disputa de mercados ante o outro grupo que, por outro lado, empenhava-se para que o rei permanecesse no Brasil, uma vez que tinha reconhecimento político e policiava com cautela as dinâmicas do espaço público. É nesse bloco que Silvestre Pinheiro Ferreira se encaixava. O conselheiro (que neste momento havia sido nomeado ministro plenipotenciário em Washington, Estados Unidos, mas em decorrência dos acontecimentos não chegou a exercer tal cargo) entendia que o Brasil era promessa de um grande império sob a administração joanina, e que Portugal só teria a perder com o desmembramento, não tendo condições de sustentar-se separado do Brasil. Com efeito, a revolução terminaria por enfraquecer e, para amenizar os ânimos mais exaltados, D. Pedro seria encaminhado para lá. Também sabia que só haveria possibilidade de se manter a estrutura vigente não permitindo a disseminação de idéias revolucionárias na América, idéias essas que já haviam impregnado a Península Ibérica. Diante disso, o melhor recurso, em sua visão, era continuar o rei na América e enviar o príncipe da Beira para a Europa, evitando a separação dos reinos.⁵⁰

Contudo, em 1821 a situação se agravou. Diante da inércia que pairou até então sobre as decisões imperiais, devido à discordância quanto a forma de agir, tentativas frustradas de reação aos acontecimentos foram empreendidas, com a expedição de decretos, a fim de se evitar o que de antemão já havia sucedido nas províncias do Norte e Nordeste, mas que, ao invés de findar ou ao mesmo apaziguar a agitação no Rio de Janeiro, acabaram por estimulá-la consideravelmente. Sendo assim, em 26 de fevereiro, diante de um movimento insurreto⁵¹, foi proclamada no Rio de Janeiro a adoção do sistema

SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., p. 85.

⁵⁰ Ibidem, pp. 74-92 passim.

⁵¹ Insurreição ocorrida na Praça do Róssio em 26 de fevereiro, a qual composta por tropas, pequenos proprietários e comerciantes (em grande medida capitaneados pelo grupo do Ledo), impunha ao monarca o juramento prévio da Constituição que seria elaborada em Lisboa, a suspensão de dois decretos que se afastavam das correntes liberais e depreciavam o Brasil, assim como a nomeação de um novo ministério. - SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., p. 309. Com a vitória do movimento, o soberano não teve opção senão aceitar tais imposições; o juramento foi feito em público por ele mesmo na presença de seu filho e demais autoridade.

monárquico constitucional, com o juramento das constituições redigidas pela Cortes lisboetas por D. Pedro. Silvestre Pinheiro Ferreira foi chamado para integrar o novo ministério, sendo nomeado pelo príncipe para as pastas de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Num primeiro momento, o conselheiro pediu ao rei sua dispensa de ambos os ministérios, por estar interessado em partir para o destino que anteriormente já lhe havia traçado, os Estados Unidos; porém, não obteve sucesso em sua solicitação devido à gravidade dos eventos.⁵² Nesse período, Pinheiro Ferreira envolveu-se diretamente nas decisões, contribuindo para amenizar e contornar os efeitos da Revolução no seio do Império. No desempenho dessas funções, acompanhou D. João VI no seu regresso a Portugal, em 26 de abril 1821, após o fatídico episódio da Praça do Comércio.

Depois de 26 de fevereiro e o movimento constitucionalista do Rio de Janeiro, apesar de não confirmada a partida do rei, ficou estipulado que D. Pedro ficaria no Brasil como regente. Isso gerou muitas desconfianças quanto ao modo de proceder do príncipe, que apesar de ter grandes qualidades, não tinha nenhuma experiência. Para acalmar os ânimos, Silvestre Pinheiro propôs que D. João mandasse convocar os eleitorais da comarca, com a finalidade de ouvir o parecer dos mesmos em relação às instruções à serem deixadas ao príncipe regente. Sua sugestão era que a reunião acontecesse no consistório da Igreja de São Francisco de Paula, local de fácil posicionamento da guarda ou da polícia, que manteria a entrada restrita e impediria aglomerações nas vizinhanças. Mas, ao contrário do que o conselheiro havia pensado, o rei mandou que fosse feita tal reunião na Praça do Comércio, onde foram construídas bancadas para servirem de assento para aqueles que quisessem acompanhar a reunião, uma vez que lhe certificaram não haver qualquer inconveniente nisso. A assembléia, marcada para 21 de abril, se descaracterizou quanto a seu objetivo inicial e passou-se a discutir questões alheias, como a aprovação da Constituição de Cádiz enquanto as Cortes não concluíssem o trabalho da constituição do Brasil, a formação de uma Junta Provisória de governo para que pudessem tutelar as ações de D. Pedro, além da partida imediata da família real. Estava o monarca no palácio da Boa Vista e, já avisado da confusão, mandou que as tropas marchassem para lá. Pinheiro Ferreira, extremamente preocupado com o que poderia acontecer, sugeriu que as tropas

⁵² FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, pp. 42-6.

somente cercassem os arredores da praça, retirando de lá os eleitores e amedrontando os agitadores. Em vão. Mas, ao solicitar sua demissão no ato por não querer ser responsabilizado pelo que viesse a acontecer, haja vista que era o ministro da Guerra, D. João, não tendo idéia de como agir, negou-lhe o pedido e ainda lhe deu carta branca para operar da forma que lhe conviesse. Assim, o conselheiro partiu em direção à praça onde comunicou ao governador das armas seu plano para conter a agitação. Com a recusa por parte da assembléia dos eleitores em interromper os trabalhos, antes mesmo que o governador das armas chegasse a casa de Pinheiro Ferreira, vários corpos militares marchavam de seus quartéis para a Praça do Róssio. Diante disso, o estadista foi para a rua tentar ele mesmo, a qualquer custo, parar as tropas, mas foi inútil; as últimas ordens eram para estas avançarem. O resultado disso foi o término à força da assembléia com vários mortos e feridos.⁵³ Depois disso, diante do temor de novos conflitos, decidiu-se pela volta imediata de D. João para Portugal, e com ele embarca Silvestre Pinheiro Ferreira.

Na chegada em Lisboa, o conselheiro redigiu o documento régio para o juramento das Bases da Constituição. Mas, ao entrar no Palácio das Cortes, “*o rei sentiu-se desfalecer*”. Como teria dito mais tarde o próprio D. João VI, o motivo de seu mal súbito ao adentrar o Palácio foi o fato daquela situação ter-lhe lembrado do trágico fim de Luís XVI, guilhotinado na Revolução Francesa. Para o soberano, a presente circunstância era extremamente humilhante, fato é que “*a imagem que dava de si próprio era a de um rei desamparado e sem norte, à mercê dos liberais portugueses*”.⁵⁴ Dessa forma, foi o próprio foi Silvestre Pinheiro Ferreira que o leu. A divergência entre o filósofo e os constituintes apresentou-se tão logo o discurso em nome do rei se encerrou, pois a concepção de funções régias ativas e não meramente representativas, como foi escrito e lido por Pinheiro Ferreira, colidia nitidamente com o parecer votado pelo Congresso.⁵⁵ Para ele, só seria legítimo um regime que, para além de deixar ao rei a totalidade do poder executivo, lhe conferisse ainda poder de veto absoluto em matéria legislativa.

⁵³ Para uma explicação detalhada do acontecimento, ver – FERREIRA, Silvestre Pinheiro, op. cit., carta XXVI, pp. 91-102.

⁵⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993, p. 564.

⁵⁵ PEREIRA, José Esteves, op. cit., pp. 22-23.

Permanecendo em Portugal no desempenho das mesmas funções que lhe atribuíra o príncipe D. Pedro ainda no Brasil, Silvestre Pinheiro, em maio de 1823, pediu exoneração das pastas ministeriais que ocupava, em decorrência da radicalização crescente em Portugal, que obrigou-o a exilar-se na França.⁵⁶ No período em que permaneceu em Paris, entre 1823 e 1842, concretizou seu sistema filosófico e completou sua obra constitucional, sagrando-se como um importante teórico do liberalismo. Silvestre Pinheiro Ferreira morreu em 1º de julho de 1846 em Lisboa, aos 76 anos, “*estimado e respeitado por quantos o conheceram*”, deixou documentado João José Louzada de Magalhães, autor da primeira tese sobre o conselheiro, desenvolvida na Universidade de Bona na Alemanha, no ano de 1880.⁵⁷

Conclusão:

Como pôde ser observado através desta exposição, Silvestre Pinheiro Ferreira teve um percurso instigante na Corte do Rio de Janeiro. Já que não conseguiu recuperar aqui o posto que ocupava em Berlim como representante do governo português, antes da invasão napoleônica na Península Ibérica, foi obrigado a retomar o magistério, mas manteve uma produção letrada formada por estudos filosóficos, artigos políticos e debates constitucionais. Vivendo no Rio de Janeiro entre 1809 e 1821, participou de um momento privilegiado para ser estudado, visto que com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, “*as discussões políticas conheceram um verdadeiro boom, tornando-se mais públicas, corriqueiras e socialmente abrangentes*”.⁵⁸ Além disso, é um momento central para o debate em torno do futuro do Império e, dessa forma, encontra-se a coexistência complexa e conflitiva de diversos projetos à esse respeito.⁵⁹ A atmosfera da opinião pública crescente pairava pelos salões da Corte e ruas, lojas maçônicas, teatros e praça pública; por meio de

⁵⁶ A invasão da Espanha por tropas francesas para derrubar o regime constitucional e reconduzir ao poder o rei Fernando VII, estimulou o levantamento absolutista no norte de Portugal e incentivou o partido da rainha Carlota Joaquina a revoltar-se abertamente, confiante no auxílio francês, em 27 de Maio de 1823. D. Miguel foi nomeado comandante-chefe do Exército, no intuito de induzir D. João VI à abdicar, uma vez que se mantinha fiel à Constituição que jurara. Porém, em 31 de abril, D. João partiu para Vila Franca, onde obrigou o príncipe rebelde a render-se, regressando a Lisboa em triunfo. Após estes eventos, as Cortes dispersaram-se e vários políticos liberais saíram para o exílio, sendo restaurado o regime absolutista – AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 24 mai. 2008.

⁵⁷ PREGITZER, Maria Elsa, op. cit., p. 85.

⁵⁸ João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, nº 03, maio de 2006, pp. 69-80.

⁵⁹ João Paulo Garrido Pimenta, op. cit., pp. 74-75.

gritos e gestos, além da diversidade de papéis incendiários, manuscritos, impressos e jornais, procurava-se não só ampliar ainda mais o espaço e o número de participantes das discussões, como também, por vezes, confundia-se, de modo extremamente preocupante para muitos, as concepções de liberdade e igualdade.⁶⁰ Assim, a figura de Silvestre Pinheiro Ferreira se encontra atrelada a tão importantes acontecimentos, tendo deixado seu nome escrito junto ao daqueles homens de Estado, comprometidos com a estrutura de poder monárquica, que enfrentaram as significativas mudanças que os ventos revolucionários impingiram ao Império Português, com o intuito de guiar o futuro da nação lusitana à tempos tão gloriosos quanto o de seu passado.

Bibliografia:

- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.
- AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 24 mai. 2008.
- BRAY, Renato Toller. *O Processo Civilizatório no Brasil e a Escolástica: Questões de História do Direito*. Revista Boletim Jurídico, Uberaba, Ano V, n. 261, ed. 153, nov./2005.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *Silvestre Pinheiro Ferreira: a ordenação do poder nacional luso-brasileiro no século XIX*. Revista Discurso Filosófico, nº 6, jul/2001.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- Institute of Mineralogy: History*. Disponível em: Museum für Naturkunde Berlin - www.museum.hu-berlin.de. Acesso: 19 mai. 2008 (Autor desconhecido).
- Library: Schultz's Biobibliography*. Disponível em: The Mineralogical Record. – www.minrec.org – Acesso em: 20 mai. 2008 (Autor desconhecido).
- MACEDO, Roberto. *Brasil Sede da Monarquia: Brasil Reino (1ª parte)*. Col. História Administrativa do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB/FUNCEP, 1983.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, nº1, mai/2005.

⁶⁰ Ilmar Rohloff de Mattos, op. cit., p. 17.

- MENEGAT, Rualdo. *Arqueologia do Conhecimento Português a época do Descobrimento e as Fontes sobre a Territorialização Científica do Brasil*. Revista Episteme, Porto Alegre, n. 15, ago./dez. 2002, p. 5-14.
- O Idealismo Pós-Kantiano: Fichte, Schelling e Schleiermacher*. Disponível em: Mundo dos Filósofos – www.mundodosfilosofos.com.br. Acesso: 17 maio 2008 (Autor desconhecido).
- O Iluminismo Francês*. Disponível em: O Mundo dos Filósofos <www.mundodosfilosofos.com.br> Acesso em: 15 out. 2007 (Autor desconhecido).
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.
- PREGITZER, Maria Elsa. *A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: “Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie”*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, p. 85-103.
- João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, nº 03, maio de 2006, pp. 69-80.
- SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Luz nas Trevas - Ensaios sobre o Iluminismo*. Guarapari-ES: Editora Ex Libris, 2007.

Antonio Paim
Fundação “Liberdade e Cidadania” – Brasília.
Instituto de Humanidades - Londrina.
apaim@itn.org.br

Conhecido estudioso do pensamento político brasileiro - que tantas contribuições tem proporcionado para o entendimento de certos períodos de nossa história - Ricardo Vélez Rodriguez publicou livro com este expressivo título: *Luz nas trevas. Ensaios sobre o Iluminismo* (Guarapari-ES, Ex Libris, 2007). As trevas correspondem ao que também poderia ser designado, parodiando Bárbara Tuchman, como **marcha da insensatez**, sempre que nos disponhamos a meditar sobre a atual realidade política do país.

Quando se tratou de democratizar o sufrágio, na segunda metade do século XIX, William Gladstone (1809/1898), seu grande artífice, na condição de chefe do governo da Inglaterra ocupou-se ciosamente de transformar a chamada “educação popular”, ministrada pelas igrejas, no ensino público de caráter universal, com vistas à **educação para a cidadania**. Recorreu inclusive a artifícios para obrigá-las a aceitar a formação dos professores segundo as novas regras. Graças a isto - e à moderação com que se processou a incorporação de novos segmentos da sociedade ao processo eleitoral -, o sistema representativo tornou-se democrático sem experimentar qualquer risco de implosão, como se deu na França do mesmo período, quando a providência se fez de modo abrupto para beneficiar Napoleão III, no poder, terminando como se sabe.

No Brasil de nosso tempo, a extensão do sufrágio deu-se sem nenhuma medida correlata para organizar o eleitorado. Ao contrário disto, o sistema eleitoral vigente tornou-se impeditivo da formação de partidos políticos estáveis. O outro lado da moeda é agora apontado por Ricardo Vélez. Cito: “As nossas decisões erráticas decorrem justamente do fato de termos substituído a educação para a cidadania, ao longo das últimas décadas, pela doutrinação ideológica, coisa que já foi superada sobejamente no resto do mundo. A marxização na formação dos professores do ciclo básico, ao amparo das idéias gramscianas, climatizadas pela retórica de Paulo Freire, terminou abrindo espaço para o fenômeno apontado”.

E, prossegue: “Moral da história: agimos em matéria de eleições sem pensar nas conseqüências. Muitos cidadãos brasileiros não foram preparados para qualificar o seu voto. Vale mais a retórica ou a propaganda oficial, do que as razões com que podemos submeter ao crivo da análise as propostas partidárias”.

Bolívar Lamounier, em sua última obra, já havia chamado a atenção para a inconsistência do ufanismo em matéria de consistência institucional, que se apossou de setores da elite política, notadamente por acreditar na robustez das conquistas democráticas do último período. Vélez insiste nesse aspecto: “Tempestades virão, certamente, nos próximos anos em decorrência da mudança do panorama de bonança internacional, que foi condicionada pelo crescimento da economia norte-americana (...). Ao decidir apostar unicamente no carisma e não na razão dos governantes, o Brasil subiu na corda bamba. E pagará o preço”.

O momento das Luzes, na visão do autor, conduziu ao objetivo colimado: “surgimento da modernidade e desmonte do absolutismo”. Além de apontar os episódios mais representativos do iluminismo europeu, destaca sua repercussão no Brasil.

Não se trata de desconhecer que a política é feita de paixão e intuição. Contudo, não ocorre num vazio onde cada personagem possa comportar-se como se o dia nascesse não quando o sol se levanta, mas no momento em que desperta. Vale a pena lembrar que, depois da queda do Estado Novo, quando vivíamos em plena abertura política - para logo “cair na real”, como diria a sabedoria popular, isto é, dar-mo-nos conta de que estávamos

construindo novo ciclo autoritário -, o eminente líder liberal Otávio Mangabeira (1886/1960) não se cansava de advertir que em nossa terra a democracia “era uma planta terra”. Como ensina Ricardo Vélez Rodríguez: “Nesse contexto de pessimismo é importante lembrar a falta que fazem as luzes para iluminar a opinião pública”.